

DANIELA MARTINS CUNHA

**ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-
GOVERNAMENTAIS EM PROJETOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO
PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ, MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2006

DANIELA MARTINS CUNHA

**ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-
GOVERNAMENTAIS EM PROJETOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO PARQUE
NACIONAL DO CAPARAÓ, MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 27 de março de 2006.

Prof^a. Cristiane Valéria de Oliveira

Prof^a. Nora Beatriz Presno Amodeo

Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Conselheira)

Prof^a. Sheila Maria Doula
(Conselheira)

Prof. José Horta Valadares
(Orientador)

AGRADECIMENTO

Ao pensar nos dois anos de dedicação ao trabalho e ao mestrado, dou-me conta de tantas pessoas, tantos nomes, que estiveram ao meu lado, direta e/ou indiretamente, contribuindo para que este sonho se tornasse realidade. Sei que as orações, as críticas, as sugestões e a simples companhia de muitos foram imprescindíveis. Assim, agradeço, principalmente, ao Papai do Céu por sempre ter colocado as pessoas certas em minha vida justamente nas horas em que eu mais precisava.

A meus pais, Ildo e Maria, pessoas simples, que me guiaram com seus sábios ensinamentos familiares ao caminho da concretização de meus sonhos, por intermédio da dignidade e do amor.

A meu irmão, às minhas avós, aos meus tios que sempre incentivaram minha caminhada mediante orações, atos e palavras.

A uma amiga muito especial, Prof.^a Miriam Albuquerque, por suas palavras de esperança e confiança, as quais me motivaram e também me fizeram crer que seria possível.

A Juliana Neves, pelo companheirismo, apoio e sábias palavras de conforto.

A todos os professores que já passaram pela minha vida, aos quais devo grande parcela de meu amadurecimento intelectual e profissional, dentre eles, os prof.s Aldemir Gracelli, Fúlvio Cupolilo e Jackson Campos.

A Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Rural da UFV, mediante funcionários e professores, pela relevância das contribuições e atenção ao meu trabalho.

Ao meu Orientador José Horta Valadares, pelo carinho, disponibilidade e atenção constantes.

Às minhas conselheiras Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula, pelo profissionalismo e pelas sábias contribuições.

Às professoras Nora Beatriz Presno Amodeo e Cristiane Valéria de Oliveira, por terem aceitado o convite para participarem da banca de defesa e pelas grandiosas contribuições.

Aos meus colegas de mestrado, em especial, as amigas Adriana, Cândice, Cyntia e Luciana, pelo carinho e pelo companheirismo.

Aos amigos funcionários, professores e diretores da Fundação FAFILE/UEMG de Carangola e das Faculdades DOCTUM, *campus* Manhumirim.

A todas as Instituições e aos agricultores que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Às sábias contribuições dos amigos e colegas de trabalho Cristiane, Edmar, Evandro, Fernando, Paulo e Wânia.

À contribuição de meus alunos Maria Madalena, Leandro e Fábio da FAFILE e Alcinei, Geraldo, Gilmar e Lucilaine da DOCTUM, os quais me acompanharam em campo e me apresentaram na prática a área de estudo.

A todos os meus amigos.

BIOGRAFIA

DANIELA MARTINS CUNHA, filha de Ildo Campos Cunha e Maria Aparecida Martins Cunha, nasceu a 25 de abril de 1980, em Caratinga- MG.

Em 1990 concluiu o primário na Escola Estadual Dom Carloto- Caratinga- MG, 1994 o primeiro grau na E.E. José Augusto Ferreira, em Caratinga- MG, e, em 1997, concluiu o científico na mesma escola pelo turno da manhã e o Magistério na E. E. Princesa Isabel pelo turno noturno, em Caratinga- MG.

Em 1998 começou a fazer o Curso de Geografia na Fundação Educacional de Caratinga.

Em 1998 foi admitida pelo Sistema Logus de Ensino como monitora de Geografia em Caratinga- MG . No ano seguinte, já trabalhava como monitora e professora do 1º grau na escola, onde trabalhou até 2000.

Em 2001 entrou na Cooperativa Educacional de Caratinga, mantenedora da Escola Cândido Portinari. Atuou na Cooperativa até 2003 como professora de

Geografia, tendo assumido também os cargos de Conselheira Fiscal no ano social de 2001 e Diretora Administrativa em 2002 .

Em 2001 também foi contratada para trabalhar como Professora de Geografia pelo Colégio Caratinga, mantido pela Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa e, também contratada pelo CPU- Curso Pré Universitário de Caratinga, locais em que trabalhou até 2004.

Em 2002 iniciou o Curso de Especialização à distância em Estudos Ambientais pelo PREPES/PUC Minas em Belo Horizonte.

Em setembro de 2002, foi admitida pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, onde ainda atua como professora nos Cursos de Geografia, Ciências Biológicas e História.

Em agosto de 2003, foi admitida pelas Faculdades DOCTUM, *campus* Manhumirim, para trabalhar no Curso de Geografia e tornou-se coordenadora do mesmo em agosto de 2004, onde ainda trabalha.

Em 2004 iniciou o Curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa

Em 2005, representando as Faculdades DOCTUM, se tornou membro titular do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Caparaó.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	01
2. A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO	09
2.1. O Alcance do Conceito de Desenvolvimento no Pós-Guerra.....	10
2.2. O Desenvolvimento Rural.....	15
2.3. O Conceito de Território	19
2.3.1. Território, territorialidade e identidade	23

2.4. Considerações a respeito do desenvolvimento local	26
2.5. A Dimensão Territorial do Desenvolvimento Rural	29
3. O ParNa CAPARAÓ (PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ).....	36
3.1. O Processo de Criação e História do ParNa Caparaó.....	37
3.2. Caracterização do ParNa Caparaó	45
4. OS PROJETOS AMBIENTAIS REALIZADOS NO ENTORNO DO ParNa CAPARAÓ.....	53
4.1. As principais instituições interventoras na zona de amortecimento do ParNa Caparaó.....	54
4.2. Os Projetos Ambientais e de Extensão Rural.....	58
5. A POPULAÇÃO DO ENTORNO: PERSPECTIVAS E OPINIÕES.....	70
5.1. Caracterização da População que Reside no Entorno do ParNa Caparaó.....	71
5.2. As Relações Institucionais e com o Meio Ambiente	77
5.3. Participação e Considerações dos Agricultores a Respeito do Parque e dos Projetos Ambientais realizados no seu entorno	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES.....	101
APÊNDICE A.....	102
APÊNDICE B.....	103

LISTA DE FIGURAS

	Página
1- Localização do Parna Caparaó e área dos Municípios dentro do Parque (%).....	41
2- Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Caparaó	44
3- a)Acesso principal ao Parque do Caparaó (Portaria localizada em Alto Caparaó); b)Sede da Administração do Parque	46
4- a)Feição do relevo encontrado no entorno do Pico da Bandeira; b)Pico da Bandeira	48
5- a)Floresta Tropical Atlântica encontrada no lado mineiro do parque; b) Campo Rupestre encontrado no topo do Pico da Bandeira.....	49
6- Atrativos turísticos do Parque:a)Nascer do Sol visto do Pico da Bandeira; b) Pico do Cristal; c)Vale Verde; d)Vale Encantado	50
7- a)Loja de produtos orgânicos e de homeopatia no Município de Espera Feliz da ASIMAF; b)Marca dos produtos orgânicos– Chão Feliz.....	56
8- Estrutura para o recebimento de turistas.....	73

9- Grau de escolaridade por comunidade pesquisada.....	74
10- Assistência técnica recebida pelos moradores do entorno do parque	78
11- Relação dos moradores rurais com o IBAMA.....	80
12- Opinião dos informantes sobre a proximidade da propriedade com o ParNa Caparaó.....	87

LISTA DE QUADROS

	Página
1- Áreas municipais dentro do ParNa Caparaó	47
2- Número de visitantes recebidos no Parque pela portaria de Alto Caparaó de 1990 a 2002.....	51
3- Aquisição, área e tempo de residência na propriedade.....	76
4- Opinião dos moradores do entorno com relação à preservação ambiental e à produção rural.....	83

LISTA DE SIGLAS

ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais.

ACODESPA- Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável São Paulo Apóstolo.

APROSAMA- Associação pro Saúde e Meio Ambiente.

ASCOB- Associação Comunitária do Córrego do Bonfim.

ASIMAF- Associação Intermunicipal de Agricultura Familiar.

BMZ- Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

CECO- Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental.

CMMAD- Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente.

EMATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAEMG- Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Minas Gerais.

GRAIPACE- Grupo de Ações Integradas ao Parque e ao seu Entorno.

GTPAS- Grupo Temático de Práticas Ambientais.

GTZ- Agência Alemã de Cooperação Técnica.

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF- Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal.

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária.

OCDE- Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

ONG's- Organizações Não Governamentais.

ParNa- Parque Nacional.

PIB- Produto Interno Bruto.

PJR- Pastoral da Juventude Rural.

PNB- Produto Nacional Bruto.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PPG7- Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras.

RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SEE- Secretaria de Estado de Educação.

SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sudepe- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Sudhevea- Superintendência do Desenvolvimento da Borracha.

UCs- Unidades de Conservação da Natureza.

RESUMO

CUNHA, Daniela Martins, M.S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2006.
Atuação das Instituições Governamentais e não-Governamentais em Projetos Ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais. Orientador: José Horta Valadares. Conselheiras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula.

O entorno dos Parques Nacionais Brasileiros é ocupado por propriedades rurais e, conseqüentemente, atividades agrícolas e não agrícolas. A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, neste, as áreas com medidas que compreendem até 10 Km a partir dos limites dos parques nacionais, passaram a ser denominadas zonas de amortecimento. Essas áreas, por lei, tiveram seus usos regulamentados pelos Planos de Manejo dos parques, os quais prevêm medidas ambientais mitigadoras de ocupação e uso do solo. Assim, às populações rurais e demais instituições e organizações de sociedade civil residentes no entorno dos parques nacionais, dentre eles o ParNa

Caparaó, é atribuída a responsabilidade pela conservação ambiental do parque e de seu entorno. Por conseguinte, este estudo apresenta como objetivo principal investigar a lógica de atuação entre as instituições que atuam no Parque Nacional do Caparaó e no seu entorno, também, a incidência delas sobre a população e como a população se relaciona com essas instituições, especificamente, nos municípios de Manhumirim, Alto Caparaó e Espera Feliz, situados em Minas Gerais. Para a realização da pesquisa, foram utilizados, como procedimentos metodológicos, entrevista com as principais instituições e organizações atuantes na região e a aplicação de questionários junto aos moradores do entorno do parque. Os projetos ambientais foram analisados segundo a noção de desenvolvimento utilizada. Foi obtida uma análise final sobre o campo de atuação das instituições e das organizações, seus limites como agentes responsáveis por conservar o meio ambiente e gerar renda local, sendo que, no caso do entorno do Parque do Caparaó tais limitações ficaram ainda mais evidentes tanto no que tange às concepções das populações rurais sobre tais instituições, quanto à não estruturação do território e da territorialidade. Pois, tomando por base os conceitos de território e territorialidade, segundo a ótica da Geografia, pode-se inferir que: 1- O ParNa Caparaó existe enquanto território, mas ainda nas perspectivas naturalista e relacional; 2- Falta ao parque se constituir em um território sob as perspectivas idealista e integradora para alcançar o desenvolvimento territorial. A ausência da identidade com o parque, a falta de apreensão de sua realidade por parte dos moradores caracterizam a falta de territorialidade, observada desde o processo de criação do parque. Somando-se a esses fatores tem-se a prevalência de moradores rurais que não recebem assistência técnica, não participam de associações, não recebem incentivos para adotarem práticas agrícolas que conciliem geração de renda à conservação ambiental. A observância desses fatores tem demonstrado que muitos obstáculos ainda devem ser ultrapassados para que homem e natureza possam se desenvolver em um mesmo território.

ABSTRACT

CUNHA, Daniela Martins. Universidade Federal de Viçosa, March of 2006.
Performance of the Governmental and Non-Governmental Institutions in Environment Projects in the region around the National Park of Caparaó, Minas Gerais. Adviser: Jose Horta Valadares. Committee members: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Sheila Doula Maria.

The regions around Brazilian National Parks are occupied by country properties and, consequently, agricultural and non-agricultural activities. Law 9.985 of 18 of July of 2000 instituted the National System of Units of Conservation and, on it, the areas with measures that reach up to 10 km from the limits of the national parks, they had passed to be called damping zones. These areas, by law, had its uses regulated by the Plans of Handling of the parks, which foresee environmental taken steps to moderate the occupation and use of the ground. Thus, to the agricultural populations and others institutions and organizations of civil society in the regions around the national parks, among them, the National Park of Caparaó, which is attributed responsibility for the environmental conservation of the park and its

region. Then, this study presents, as a main objective, to investigate the logic of performance between the institutions that act in the National Park of Caparaó and in its region. As they act on the population and how the population relates with these institutions, specifically in the cities of Manhumirim, Alto Caparaó and Espera Feliz, situated in the state of Minas Gerais. For the accomplishment of the research they had been used as methodology procedures, interviews with the main institutions and organizations which operate in the region and the application of questionnaires with the inhabitants of region around the park. The environmental projects had been analyzed according to the notion of development. A final analysis on the compass was gotten, about the performance of the institutions and the organizations, its limitations as responsible agents for the environmental conservation and local net income, in this, the case of the region around the Park of Caparaó the limitations had been still more apparent in the conceptions of the agricultural populations and in the conception of institutions about the structure of the territory and the territoriality. Therefore, considering the concepts of territory and territoriality, according to vision of Geography, can be inferred that: 1- the National Park of Caparaó exists while territory, but still in the perspectives naturalistic and relational; 2- It is necessary to the park constitutes in a territory under the idealistic and integrator perspectives to reach the territorial development. The absences of identity with the park, the lack of apprehension of its reality by the inhabitants characterize the lack of territoriality, observed since the process of creation of the park. Besides, it there is the prevalence of agricultural inhabitants that hadn't received technical assistance. They don't participate in any associations and they don't receive incentives to adopt agriculturist's practical that conciliate income and net income to environmental conservation, which demonstrate that many obstacles still must to be exceeded in order to permit man and nature live together in the same territory.

1- INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a atuação das Instituições Públicas e da sociedade civil, como as ONG's e os projetos de conservação ambiental por elas desenvolvidos na área de amortecimento do ParNa Caparaó (Parque Nacional do Caparaó). Analisa, também, a opinião que os moradores¹ rurais, residentes na área de amortecimento do Parque, possuem sobre os projetos e a participação desses moradores junto às Instituições.

O entorno dos parques nacionais brasileiros são ocupados apenas por propriedades rurais. Essas propriedades já estavam estabelecidas nesses locais em períodos anteriores à criação dos parques. Com a nova legislação (Lei do SNUC 9.985/2000), as áreas com medidas que compreendem até 10 Km a partir dos limites dos parques são denominadas zonas de amortecimento. Assim,

¹ Tendo em vista a multifuncionalidade e a pluriatividade existentes no meio rural, atualmente, ou seja, a inclusão no campo de atividades produtivas não-agrícolas, neste estudo optou-se pelo emprego dos termos população rural e moradores rurais em substituição a agricultor e a proprietário rural, pois não são todos os residentes no meio rural, proprietários de terra. Além disso, tais termos nos remete a pensar em um uso essencialmente agrícola do espaço rural.

mesmo sendo ocupadas por uma população rural, as áreas de amortecimento passam a ter seus usos regulamentados pelos Planos de Manejo dos parques, os quais prevêem medidas ambientais mitigadoras de ocupação e uso do solo. Os Planos de Manejo também incluem medidas, visando a promover a integração dos parques à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2005).

Os Planos de Manejo são elaborados por uma equipe técnica, contratada e gerenciada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão administrativo responsável pelos parques, em um prazo de cinco anos, a contar de sua data de criação. Estes cinco anos, conforme a nova legislação, é o período concedido aos parques brasileiros para apresentarem aos órgãos governamentais e às comunidades do entorno, um novo plano de manejo, o qual compreenda também a área de amortecimento e os corredores ecológicos.

Pelo disposto em lei e pela pré-existência de populações rurais no entorno dos parques nacionais brasileiros, pressupõe-se que os planos de manejo realizados recentemente promovam uma integração do meio ambiente à geração de renda local por intermédio da manutenção das atividades de produção já existentes, incorporando-as à preservação ambiental. O objetivo principal do IBAMA é zelar pela manutenção e conservação ambiental dos parques e, agora, com o disposto em lei, zelar, também, pela suas áreas de amortecimento. A preocupação que surge desse fato refere-se às variáveis que têm sido levadas em consideração no processo de construção dos planos de manejo. A priorização exclusiva da conservação ambiental do entorno dos parques por parte do IBAMA pode acarretar danos econômicos e prejudicar as atividades dos moradores rurais ali residentes.

Um agravante de tal situação diz respeito ao fato de que, conforme previsto na Lei 9.985/2000, as populações locais não participam no processo de construção dos Planos de Manejo dos Parques, mesmo podendo ter seus interesses afetados por se situarem na área de amortecimento. Fica permitida a participação popular apenas na elaboração dos planos de manejo de duas

categorias de Unidades de Proteção Integral, o Monumento Natural e/ou o Refúgio de Vida Silvestre.

Paralelo à elaboração dos planos de manejo, observa-se, em decorrência da própria expansão da temática ambiental, a existência de projetos de conservação ambiental realizados por outras Instituições e pela sociedade civil, no entorno dos parques nacionais. Elas realizam projetos ambientais separadamente ou, às vezes, em parceria, os quais, independentes das propostas e objetivos dos Planos de Manejo, idealizam a conservação ambiental do entorno do parque através de proposições que podem ou não estar fundamentadas em uma estrutura que atenda apenas à conservação do ambiente natural. Porém, se houve somente a conservação ambiental, essa atitude pode ocasionar ao morador rural danos que limitam sua sobrevivência, como a redução da geração de renda agrícola e não-agrícola locais.

Além desses projetos de conservação ambiental, também são realizados no entorno dos parques nacionais projetos de extensão rural. Esses projetos, comumente, relacionam-se a empresas de assistências técnica e extensão rural vinculadas ao Estado e/ou ao município e, também, a empresas de agroquímicos. Normalmente, influenciadas por um conjunto de propostas difusionistas, a extensão visa, exclusivamente, à expansão e ao aumento da produção. A esse fato, alia-se a não existência de técnicos suficientes para o trabalho, o que pode gerar ao entorno dos parques nacionais o não atendimento e a desinformação dos proprietários e a manutenção de um modelo de produção não sustentável.

As Instituições e as populações rurais estudadas residem nos Municípios de Alto Caparaó, Espera Feliz e Manhumirim localizados no Estado de Minas Gerais e situados, no caso das populações rurais, na zona de amortecimento do ParNa Caparaó. Existem, contudo, as organizações da sociedade civil, mais especificamente as ONG's que possuem sede em outras bases territoriais, mas que atuam no território em estudo e que, por isso, tiveram suas ações e projetos analisados.

A partir dessas considerações, buscou-se como objetivo geral, investigar a lógica de atuação entre as instituições que operam no parque e no seu entorno,

como elas incidem sobre a população e como a população se relaciona com essas instituições, especificamente, nos municípios de Manhumirim, Alto Caparaó e Espera Feliz, situados em Minas Gerais. Para alcançar tal objetivo, orientou-se a investigação, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- 1- analisar a atuação das instituições de conservação ambiental e de extensão rural para identificar a existência de concorrência ou a contradição entre as suas lógicas de atuação;
- 2- descrever como os programas e as ações da extensão rural e os projetos ambientais são implantados na área de amortecimento do ParNa Caparaó, nos municípios de Alto Caparaó, de Espera Feliz e de Manhumirim e, se eles incorporam uma visão integrada do meio ambiente à produção rural;
- 3- verificar se o Parque Nacional do Caparaó está estruturado, como território, sob a perspectiva da territorialidade, ou seja, da identidade dos moradores rurais do entorno com o parque.

A pesquisa abrange um período histórico correspondente à data de criação do Parque Nacional do Caparaó até o momento atual (1961-2005), sendo dado ênfase ao período posterior à criação da Lei 9.985/2000, a qual regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a sua correlação com a área de amortecimento do parque. Trata-se de uma pesquisa geográfica e histórica, pois tem como característica principal a observação e a descrição de acontecimentos, como os projetos ambientais e de extensão rural relacionados à área de amortecimento do ParNa Caparaó, a partir das perspectivas dessas ciências.

O trabalho fundamenta-se na coleta de dados primários, obtidos por intermédio da aplicação de entrevistas e questionários semi-estruturados. A população envolvida refere-se a instituições públicas e privadas, à sociedade civil, às ONG's e à população rural situada na zona de amortecimento do parque, de forma mais precisa àquela situada nos municípios de Manhumirim, Alto Caparaó e Espera Feliz. A escolha desses municípios vincula-se ao fato de possuírem elementos relacionados ao problema, como a existência de instituições

governamentais e não governamentais que realizam projetos ambientais e de extensão rural na área.

Com relação às instituições, foram entrevistados técnicos de cada instituição atuante na área. No município de Manhumirim foram entrevistados: o Engenheiro Agrônomo da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Médico Veterinário do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Em Alto Caparaó, as entrevistas ocorreram com o Chefe do IBAMA no ParNa Caparaó e com o Técnico em Agropecuária da EMATER.

No município de Espera Feliz, foram entrevistados: a Secretária Municipal de Meio Ambiente, o Engenheiro Agrônomo da EMATER, o Presidente da Organização Não-Governamental “ECO FELIZ” (ONG ECO FELIZ), o Presidente da Associação Intermunicipal de Agricultura Familiar (ASIMAF), uma representante da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Sendo que, a ASIMAF e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz possuem base territorial no Município de Alto Caparaó.

Existem, contudo, duas organizações que tiveram seus projetos muito citados pelos representantes das Instituições acima e que, mesmo não possuindo base territorial nos municípios estudados e tendo terminado seus trabalhos na zona de amortecimento, tiveram seus projetos e resultados finais analisados. Esse é o caso do Projeto “Doces Matas”, com representação de instituições públicas e da sociedade civil, o qual compreende uma cooperação técnica bilateral entre Brasil e Alemanha, por intermédio da Fundação Biodiversitas, do IEF (Instituto Estadual de Florestas), do IBAMA e do GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica).

Segundo as Instituições entrevistadas, IBAMA e EMATER, a maior parte das propriedades existentes no entorno do Parque já havia passado pelo processo de parcelamento, estando hoje, em sua grande maioria, nas mãos de herdeiros e, no caso das maiores, aos cuidados de parceiros. Além da informação de que, nos municípios mineiros, a atividade predominante é a agrícola. Assim, de acordo com

as instituições, foram identificadas as Comunidades Rurais existentes na área de amortecimento do parque nos municípios em estudo. Após a identificação de todas as comunidades, foram sorteadas duas por município.

Em cada comunidade, obtidas por meio de sorteio, foram aplicados 10 questionários semi-estruturados, o que totalizou 20 questionários por município e 60 questionários no total. A quantidade de questionários realizados, 10 por comunidade, foi estipulada a partir da verificação de duas características específicas:

- 1- a variação do número de propriedades de uma comunidade a outra, tendo casos de comunidade com 90 proprietários em um município, e outra com 16 proprietários em um município diferente, ficando, assim, o valor 10 comum a todas;
- 2- a existência da homogeneidade nestas comunidades quanto aos critérios específicos, indicados abaixo.

Os questionários foram aplicados de forma aleatória, obedecendo, contudo, a alguns critérios:

- 1- a localização da propriedade: como as comunidades normalmente constituem bacias ou microbacias hidrográficas, foram realizados 3 questionários a montante, 3 a jusante e 4 no médio curso a fim de compreender uma amostragem do território em seu todo;
- 2- tempo de moradia: foi dada prioridade aos moradores residentes há mais tempo no entorno do parque, sendo encontrados, em sua grande maioria, os herdeiros;
- 3- sexo: tentou-se obter uma percepção masculina e feminina, porém foi observado, em várias propriedades, que a mulher ainda se recusa a falar, principalmente, pelo fato de não participar da gestão da propriedade.

Os projetos ambientais e de extensão rural foram analisados segundo os seguintes critérios:

- 1- qual o conceito de desenvolvimento utilizado? Eles faziam referência ao conceito de desenvolvimento rural sustentável, ou à proposta de um desenvolvimento rural voltado às concepções territoriais?;

2- objetivos propostos;

3- percepção que os produtores rurais possuíam acerca das proposições dos projetos e atuações dos técnicos.

Assim, de acordo com os objetivos e procedimentos metodológicos propostos, no segundo capítulo será apresentada a relação entre desenvolvimento e território, enfatizando a evolução conceitual dessas noções e a articulação de acordo com as ciências sociais. Em especial, procura-se analisar esses conceitos sob a ótica do meio rural, estabelecendo as conexões existentes entre desenvolvimento, território e espaço rural. Neste momento, serão utilizados como fontes principais artigos, teses e livros.

No terceiro capítulo, busca-se demonstrar o processo e a história de criação do ParNa Caparaó segundo informações obtidas no Plano de Manejo, em um livro produzido por um ex-excursionista, o qual vivenciou e retratou as ações e atuações, individuais e/ou coletivas, que objetivavam tornar concreto o ato de criação do parque. O parque também será caracterizado segundo seus aspectos físicos, potencial turístico e infra-estrutura conforme informações obtidas em trabalhos de campo e dados fornecidos pela Administração do IBAMA no parque.

No quarto capítulo, serão apresentadas e caracterizadas as instituições que atuam no entorno do parque. Para isso, inicialmente, buscou-se informações junto ao IBAMA e, depois, por intermédio de entrevistas, com os representantes dessas instituições. Com os representantes das instituições foi possível obter os projetos ambientais e/ou de extensão rural realizados na região, os quais foram caracterizados pela proposta de desenvolvimento apresentada.

Finalmente, no capítulo cinco, a população do entorno foi caracterizada segundo dados de produção, propriedade, escolaridade, dentre outros. Por meio da aplicação de questionários foram obtidos dados sobre a relação destes moradores com as instituições que atuam no entorno do parque, bem como, a participação e as considerações desses moradores com relação aos projetos executados e ao ParNa Caparaó.

Assim, nesta dissertação, utiliza-se um somatório de esforços na busca de se compreender a dimensão (facilitadores e entraves ao desenvolvimento) do

território rural localizado no entorno de uma área de preservação permanente. Esta dissertação é fruto de preocupações e de uma formação acadêmica voltados às questões de conciliação entre espaço natural e humanizado, ela refere-se à problemática das questões desenvolvimentistas e de conservação, em um território onde confrontam diariamente instituições e moradores rurais com interesses bem antagônicos (conservação ambiental X geração de renda).

2- A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado junto às noções de território e, por conseguinte, tem se tornado alvo da atenção de muitos. A compreensão e o estudo do desenvolvimento territorial podem perpassar pelas reflexões a respeito do território rural, o qual, por sua vez, pode compreender e estar inserido na zona de amortecimento de um Parque Nacional.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, será realizada uma breve contextualização dos vários usos que o conceito de desenvolvimento vem abrangendo ao longo das transformações sociais e econômicas ocorridas no pós-guerra. No segundo, serão apresentadas reflexões sobre o ordenamento do espaço rural dentro da ótica do desenvolvimento. No terceiro momento, serão utilizadas as tendências teóricas, mais especificamente da Geografia, para analisar e discutir os conceitos de território e territorialidade. No quarto, serão identificados os princípios e características norteadoras dos conceitos de desenvolvimento local e territorial, como um processo para se redirecionar o desenvolvimento na área de amortecimento de um Parque Nacional.

2.1- O alcance do conceito de desenvolvimento no Pós-Guerra

A abordagem do tema desenvolvimento² há muito vem sendo utilizada e relacionada a um modelo de sociedade capitalista baseado na tecnificação e na sofisticação dos padrões sócio-culturais, objetivando, de forma centralizada, o crescimento econômico, de acordo com um contexto histórico e econômico. É notável, todavia, que foi após a II Guerra Mundial que o termo recebeu uma conotação mais simplista, sendo entendido como “crescimento econômico”. Essa interpretação promoveu a corrida dos países ditos “subdesenvolvidos” rumo ao aumento do seu Produto Nacional Bruto em prol do desenvolvimento, o que resultou, em todo o mundo, no uso intenso dos recursos e na degradação do ambiente natural.

Os primeiros esboços conceituais e teóricos sobre o termo desenvolvimento vinculam-se a transformações relacionadas à Revolução Industrial capitalista e à conseqüente consolidação das idéias progressistas. Após a II Guerra Mundial, o termo “desenvolvimento” se firma como uma expressão tradutora de sociedades modernas e tecnicamente avançadas, segundo o modelo das sociedades ocidentais industrializadas.

Em 20 de janeiro de 1949, o Presidente Truman abria uma nova era para o mundo- a era desenvolvimentista, segundo o discurso de sua posse, citado em ESTEVA:

“É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática” (ESTEVA, 1992:59).

² Segundo SOUZA (1996:05), “Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação *positiva*, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a esta possibilidade como um *valor social*. Culturalmente enraizada, a idéia de desenvolvimento contém inarredável carga axiológica antes mesmo de sofrer apropriação ou qualificação por parte de alguma escola de pensamento ou ideologia específica. Passível de abordagem científica (formulação de teorias e estratégias, estudos empíricos), o ‘desenvolvimento’, todavia é um objeto inscrito, desde o começo, em uma moldura filosófica”.

Em seu discurso, Truman realiza para todo o mundo uma associação reducionista do termo “desenvolvimento” com modernização e progresso, além de vinculá-lo a um modelo ocidental industrial já atingido pela nação norte-americana, mas que ainda deveria ser alcançado pela maior parte dos países do mundo, os quais foram contextualizados como “subdesenvolvidos”.

Conforme MCMICHAEL (2000), a proclamação do Presidente Truman divide a humanidade nas regiões “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, sendo que, para serem superadas as diferenças entre estes dois mundos, os subdesenvolvidos deveriam adotar o projeto de desenvolvimento. E o desenvolvimento, agora entendido por uma interpretação essencialmente econômica na vida social, poderia ser universalizado a partir do Estado-Nação e da mudança econômica. Ainda de acordo com MCMICHAEL (2000), o segundo elemento do projeto de desenvolvimento, a mudança econômica ou crescimento econômico, seria obtido, a partir da introdução de um sistema de mercado baseado na propriedade privada e no investimento sustentado, sendo um aumento de 6% ao ano do Produto Nacional Bruto (PNB), uma medida de desenvolvimento bem sucedida ao combinar-se com a industrialização.

O desenvolvimento pós-guerra constituiu-se em um simples crescimento do PNB a ser alcançado pelos países subdesenvolvidos, o que gerou um empobrecimento do conceito, ao ser reduzido a “crescimento econômico”. O discurso do desenvolvimento passou a divulgar premissas que fizeram com que as diversas populações do mundo assumissem uma percepção puramente ocidental e industrial da realidade e adotassem o que FURTADO (1980:46) denominou de “padrões de modernidade”, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram”.

FURTADO (1980) demonstra que o conceito de desenvolvimento na história contemporânea passa a admitir sentidos distintos, ora referindo-se à evolução de um sistema social de produção, mediante a acumulação e progresso das técnicas, ora relacionando-se com o grau de necessidades humanas.

“A idéia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação (...). Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta sob a forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa

direção, com o conceito de eficiência, e noutra com o de riqueza” (FURTADO, 1980:41).

Nesse momento, a crítica ao conceito de desenvolvimento é fortalecida, à medida que ficam evidentes que as inovações tecnológicas resultantes da criatividade humana conduzem a uma tendência estrutural da economia capitalista- a transformação. Essa, por sua vez, favorece o “desenvolvimento”, ou seja, a concentração de renda e a eficiência empresarial, as quais caracterizam o “progresso” e o crescimento que somente poderão ocorrer nos países que detiverem técnicas avançadas.

O modelo de desenvolvimento fortalecido e divulgado no pós-guerra como universal e como pressuposto para o crescimento e o progresso, gerou diversos danos às populações de todo o mundo, conforme SACHS:

“O resultado foi uma perda tremenda de diversidade (...) O mercado, o Estado e a ciência foram as grandes forças universalizantes: publicitários, especialistas e educadores expandiram seus domínios inexoravelmente. (...) Eliminaram as inúmeras variedades de ser humano e transformaram o mundo em um lugar carente de aventuras e de surpresas; o ‘Outro’ desapareceu com o desenvolvimento” (SACHS, 1992:15).

A era desenvolvimentista proclamada por Truman, além de minimizar as diferenças culturais, eliminando as individualidades, não conseguiu reduzir as diferenças econômicas existentes entre diversas regiões e entre as áreas urbanas e rurais. Paralelo aos crescentes sintomas de exclusão social imposto pela busca incessante do crescimento econômico, ocorreu uma pressão e um uso inesgotável dos recursos naturais em prol do desenvolvimento, e os limites ecológicos do mundo se fizeram visíveis. Assim, a insatisfação com os resultados presentes na promessa desenvolvimentista ocasionou a mobilização de agências estatais de meio ambiente e de grupos sociais, conforme destaca VIOLA (1987):

“A consciência de alguns problemas ambientais começa a ser fazer sentir nas décadas de 50 e 60, quando agências estatais de meio ambiente de países do primeiro mundo passam a apontar algumas questões ligadas à degradação do meio ambiente, mas de forma ainda localizada. Nos anos 60 é que surgem as primeiras manifestações de ecologistas e pacifistas, expressando, principalmente, a crítica da Ética utilitarista” (VIOLA, 1987:69).

Devido, principalmente, à mobilização social, o conceito e a utilização do termo “desenvolvimento” passam a ser redefinidos na busca de maior validade, segundo CASAROTTO FILHO & PIRES:

“Um primeiro progresso consolidou-se durante a década de 70, em que a compreensão do processo de desenvolvimento assumia características efetivas de processo, por meio da interação de três variáveis: a- social, em relação a sua equidade; b- econômica, através de sua eficiência; e, enfim, c- política, com as garantias de liberdade” (CASAROTTO FILHO & PIRES, 2001:112).

Entretanto, inserir as variáveis sociais, econômicas e políticas não era suficiente diante das inúmeras questões ambientais que, desde os anos de 1960, já vinham ganhando importância no debate internacional. “Durante a década de 70, tomou corpo uma discussão que procurava aproximar pontos até então muito distantes: a produção econômica e a conservação ambiental” (RIBEIRO, 2001:110). Foi apenas na primeira reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1973, que Maurice Strong utilizou a expressão “ecodesenvolvimento”, apresentando-a sem um conceito, mas como uma alternativa às políticas de desenvolvimento até então utilizadas (RIBEIRO, 2001).

A expressão “ecodesenvolvimento” passou a receber diversas conceituações e a ser utilizada nos encontros subsequentes de diversas Instituições, como da própria ONU, sendo que, em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento passou a compreender também a preocupação com o meio ambiente, o que originou a expressão “desenvolvimento sustentável”, o qual foi definido pelo mesmo relatório como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD *apud* RIBEIRO, 2001:112).

O desenvolvimento sustentável, a partir de então, passa a ter como objetivo norteador um desenvolvimento fundamentado na conservação ambiental. Por este, o padrão de necessidades das gerações presentes e futuras se tornava incerto, pois estariam baseadas em um modelo de sociedade desenvolvida com alto padrão de consumo ou, em um modelo de sociedade subdesenvolvida, onde se procura satisfazer as necessidades elementares? O estabelecimento das necessidades pelo desenvolvimento sustentável significava a definição de um

caminho para que a exploração dos recursos e as mudanças institucionais se orientassem na direção de investimentos sustentáveis.

Segundo EGLER (1997:09) “A questão da sustentabilidade do desenvolvimento consolida-se no cenário político mundial na primeira metade dos anos 90, principalmente após a Rio 92, onde foram firmadas convenções internacionais sobre o aquecimento global e biodiversidade, dentre várias outras propostas”.

Ainda conforme esse autor

“O Relatório Brundtland (WCED, 1987) procurou sintetizar a perplexidade teórica e a incapacidade prática da macroeconomia neoclássica de enfrentar os desafios da crise mundial. O conceito de desenvolvimento sustentável vai buscar na noção de reprodutibilidade a base de uma concepção que procura privilegiar a manutenção durável dos fluxos de renda, independente de sua magnitude e, a partir deste pressuposto, inicia, embora timidamente, a considerar o estoque de natureza, ou o ‘capital natural’ para alguns, como parte integrante e inseparável da riqueza social” (EGLER, 1997:09)

Para ESTEVA (1992:72), “o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’”, servindo a interesses diversos. Conforme considerado por RIBEIRO (2001:113), é “um discurso poderoso promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional”, mas que ainda precisa encontrar sua viabilidade prática, seja na técnica, seja na implementação política, social e econômica.

Por meio das considerações realizadas sobre as diferentes conceituações do desenvolvimento no período pós-guerra, torna-se mais fácil, identificar as características e as influências norteadoras do desenvolvimento rural ao longo dos anos, mais especificamente no Brasil.

2.2- O desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural terá suas conceituações analisadas em dois momentos distintos: o primeiro, estabelecido com as influências da era desenvolvimentista e o segundo momento, quando o conceito passa a incluir os novos ideais da sustentabilidade que foram difundidos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

O conceito de “desenvolvimento rural” passou por diversas alterações ao longo do tempo, sendo que, conforme NAVARRO (2001), nenhuma dessas alterações deixou de destacar e fazer referência à melhoria do bem-estar das populações rurais.

Como um mecanismo promotor de crescimento da produção e da produtividade agrícola pós-guerra, países de todo o mundo passaram a adotar um novo padrão de produção agrícola, o qual vinculava a agricultura à indústria e à modernização. O desenvolvimento rural, nesse período, teve que se adequar a uma estrutura moderna que, segundo ALMEIDA, incorpora quatro novos elementos ou noções:

“...(a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional” (ALMEIDA, 1997:39).

Através da incessante busca pelo crescimento econômico, os novos agricultores precisavam assumir um modelo de produção “único, que leva do atrasado ao moderno (...) Esse novo ‘modelo’ moderno, desenvolvimentista, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável” (ALMEIDA, 1997:41).

"No final da década de 60 e início da década de 70, os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética culminaram com

um dos períodos de maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia: a Revolução Verde" (ELHERS, 1999:32).

A Revolução Verde representou, na prática, a incorporação do moderno: oferecia sementes e agroquímicos de alta produtividade, além de máquinas com tecnologia de ponta, as quais possibilitavam eficiência e aumento de lucros com a substituição de trabalhadores braçais. Revelou o rompimento com o passado atrasado e o início de uma nova era de desenvolvimento no campo.

Segundo MCMICHAEL (2000), os dois lados do projeto de desenvolvimento foram estabelecidos pela Revolução Verde no Terceiro Mundo. No contexto nacional, representou uma melhoria na produtividade de grãos para abastecer os centros urbanos e, no contexto da política internacional de alimentos, significou a estratégia de substituição de importações. Todavia, ressalta que também representou um aumento das desigualdades na zona rural, pois eram poucos os agricultores que tinham renda suficiente para comprar o pacote tecnológico que compreendia sementes híbridas e agroquímicos, o que causou o arrendamento de terras por pequenos proprietários, sendo que o índice de desemprego fora aumentado devido à substituição do trabalhador rural por máquinas de alta tecnologia; e aqueles que permaneciam no campo ficavam vulneráveis à contaminação química.

Do ponto de vista social e econômico, especificamente nos países de Terceiro Mundo, a Revolução Verde, principal representante da era desenvolvimentista na zona rural, significou um crescimento da produtividade segundo o modelo econômico dos países altamente industrializados, mas ressaltou as diferenças sociais e econômicas existentes entre pequenos e grandes proprietários. A tecnificação e modernizações agrícolas, estimuladas pelo desenvolvimento, não foram apenas precursoras de exclusão social e econômica, como também constituiu conseqüências ambientais danosas. Como afirma ELHERS,

"Dentre as conseqüências ambientais da agricultura convencional destacam-se: a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos. (...) Os solos

empobrecidos pelos métodos convencionais tornam-se mais exigentes em fertilizantes químicos e as pragas desenvolveram resistência aos agrotóxicos, obrigando os agricultores a aplicá-los em quantidade cada vez maiores" (ELHERS, 1999:34).

O padrão tecnológico da Revolução Verde implantado de forma significativa, representou o rompimento com o passado. Contudo, suas conseqüências nas dimensões ambiental, social e econômica causaram insatisfação e preocupação, fazendo emergir em produtores, pesquisadores e sociedade em geral o anseio por um desenvolvimento mais equilibrado.

O desenvolvimento rural, tal como era concedido nesse momento, representava a intensificação tecnológica e o crescente uso de insumos modernos como uma estratégia de alcançar o aumento da produtividade e a elevação da renda. Todavia, esse desenvolvimento não atingia a todos os produtores rurais, carentes de recursos e de sistemas de ação governamental que os mantivessem em suas terras em situação de equilíbrio e de competitividade com os grandes produtores.

Aliado às diversas conseqüências danosas da Revolução Verde, a nova conjuntura acerca da idéia de desenvolvimento fazia referência à sustentabilidade, a qual impunha às famílias e às atividades rurais novos condicionantes de desenvolvimento. Assim, paralelo à difusão do termo "desenvolvimento sustentável" em seu âmbito mais geral, o meio rural influenciado pelas novas conjunturas econômicas e sociais mais gerais do desenvolvimento incorpora o paradigma da sustentabilidade.

"No final da década de 80, na literatura sobre a agricultura mundial, o qualificativo sustentável passa a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o termo. É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura moderna ou convencional" (ALMEIDA, 1997:46).

Ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, um novo marco teórico se estabelece: a necessidade de conceituar e divulgar o desenvolvimento rural segundo os ideais da sustentabilidade. O termo "desenvolvimento rural sustentável" passa a ser utilizado em resposta à massificação do uso de insumos

agrícolas e tratores produzidos pela indústria, ganhando uma série de definições. ALMEIDA sintetiza as definições de agricultura sustentável ao representar os itens que freqüentemente são incorporados pelo termo:

"(a) manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; (b) mínimo de impactos adversos ao ambiente; (c) retornos financeiros - econômicos adequados aos agricultores; (d) otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; (e) satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda; e (f) atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais" (ALMEIDA, 1997:46).

O desenvolvimento rural sustentável incorpora a necessidade de uma agricultura justa e viável do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural. Uma agricultura que, do ponto de vista da prática, da técnica, requer objetivos que, por muitos, são considerados utópicos. De acordo com GRAZIANO DA SILVA,

"a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua 'produção da produção', mas na produção da consciência (...) não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis; mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem - natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim, na produção de novas formas políticas e ideológicas" (GRAZIANO DA SILVA, 1997:106).

O conceito de desenvolvimento sustentável permite pensar em um rural que busca adequar-se não apenas à conservação ambiental como uma necessidade única, mas que também se demonstra carente de novas estratégias de desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Assim, do novo ideal de desenvolvimento rural sustentável, florescem desafios que podem comprometer a incorporação das dimensões almejadas ao desenvolvimento das populações rurais, dentre eles, o planejamento a partir da variável território.

Por intermédio das novas tendências de pensar o desenvolvimento, a ótica do local e do território, será possível estabelecer novas considerações a respeito do desenvolvimento. Pois, acredita-se que, por essas seja possível a realização de reflexões sobre um campo onde se relacionam pequenos, médios e grandes proprietários agrícolas e não-agrícolas e moradores rurais não-proprietários com particularidades regionais bem distintas, inseridos na área de amortecimento de um parque nacional e em um mercado global cada vez mais competitivo.

2.3- O conceito de território

De acordo com JOHNSTON, em seu *The Dictionary of Human Geography*, encontrado em SPOSITO (2004), território é assim definido:

“é um termo geral utilizado para descrever uma porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado. Quando associado com o Estado o termo tem duas conotações específicas. A primeira é aquela da soberania territorial, através da qual um Estado reivindica controle de legitimidade exclusivo sobre uma dada área definida por fronteiras claras. A segunda conotação refere-se ao fato de que uma área não está inteiramente incorporada na vida política de um Estado, como acontece com o território ‘colonial’ do Nordeste da Austrália, ou os territórios do norte do Canadá. Em muitas formas de uso em Geografia Social, o território refere-se a um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como uma consequência de sua prática de territorialidade ou o campo de força exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes. Deste ponto de vista, o território pode ser utilizado como o *equivalente a cada conceito espacial como lugar e região*” (JOHNSTON *apud* SPOSITO, 2004:111).

Conforme HAESBAERT (2004) desde, pelo menos a década de 60, existe a polêmica sobre o conceito de “território”, o qual é comum às diversas áreas do conhecimento. Para ele, a construção de territórios ocorre por intermédio de processos político-institucionais, os quais tornam viáveis, a partir do território, os interesses de ordem político-cultural, político-militar e político-econômica.

O autor apresenta o conceito de “território” segundo um conjunto de perspectivas teóricas, sendo elas a naturalista, a idealista, a integradora e a relacional. Pela perspectiva naturalista, o território é compreendido por intermédio de uma forte vinculação ao espaço físico, a terra. Na idealista, o território é um campo de significados instituídos pelo homem, ou seja, é um território socializado e culturalizado; é a percepção, a construção da identidade cultural. Já na perspectiva integradora, como o próprio nome já diz, propõe-se uma integração dos aspectos naturais aos políticos, econômicos ou culturais como um meio de fazer uma leitura do território. Destaca que, atualmente, para que se consiga uma experiência integradora do território, é necessário estar articulado em redes, em escalas que vão do local ao global.

Por fim, HAESBAERT (2004) apresenta a perspectiva relacional do território, a qual se fundamenta em uma construção territorial concebida por uma

relação social-histórica, principalmente pelas relações de poder. Por essa concepção, o espaço físico pode ser visto ora como um simples acessório, ora como um mediador ou componente determinante de relações.

Diante das perspectivas dispostas até aqui, é possível admitir uma variedade de conceitos acerca do tema “território”, sendo também possível perceber que vários conceitos podem e/ou poderão admitir características comuns a mais de uma perspectiva. Nessa ótica, HAESBAERT afirma que:

“É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo” (HAESBAERT, 2004:78).

As definições sobre território abrangem muitas áreas do conhecimento, como a Antropologia, as Ciências Políticas, Econômicas, dentre outras. Será realizada referência neste estudo, principalmente, aos conceitos dispostos pela Geografia. A escolha da ciência deve-se ao fato de considerar ser esta a mais integradora e a que, ao longo dos anos, tem as temáticas territoriais como escopo de suas análises.

ALENTEJANO (2003) realiza uma análise dos conceitos de espaço, território e região sob a ótica da economia, das ciências sociais e da Geografia, situando essa última no centro de sua abordagem, por considerar que essa disciplina possua um diálogo interdisciplinar. Destaca que, para a economia, esses conceitos relacionam-se à funcionalidade espacial para o desenvolvimento capitalista. Para as ciências sociais, a dimensão espacial vincula-se à observação das relações sociais na distinção dos espaços rural e urbano, havendo uma valorização desses conceitos na década de 1970, à medida que passam a se relacionar com a emergência de movimentos sociais, os quais articulam reivindicações com a dimensão espacial.

Após uma revisão conceitual sob o olhar da Geografia, o autor chega a uma definição de território com ênfase política. Assim, o território é para ALENTEJANO:

“(…) uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminente político, porém, não se deve esquecer que esta dimensão política não é unívoca, na medida que há uma constante disputa de projetos de ordenamento territorial, que se pautam tanto pela crítica da forma que assumem as

relações sociais, como da apropriação dos recursos ambientais” (ALENTEJANO, 2003:27).

Para SANTOS (2000), o território, em si, não é um conceito, mas se torna um conceito quando é utilizado para uma análise social, sendo, para isso, necessário considerá-lo a partir de seu uso, quando é pensado junto aos atores que dele se utilizam. Para ele, o uso do termo “território” normalmente é realizado em função das forças hegemônicas. “Entre o território tal qual como ele é e a globalização tal qual como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social” (SANTOS, 2000:23).

Dentre as demais considerações que o autor realiza sobre o território, ressalta-se a importância que o mesmo estabelece para o permanente diálogo existente entre a sociedade e o território usado, sendo que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, o que existe sobre a forma de uma herança social e o que a sociedade realiza em seu movimento atual.

Em SANTOS (2004) são apresentadas muitas definições para o termo “território”. Suas definições, como dito anteriormente, estão pautadas nas relações sociais apresentadas sob as perspectivas principais das relações humanas, da identidade e do trabalho. Para ele:

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se esta falando em território usado, utilizado por uma dada população” (SANTOS, 2004:96).

Observa-se que as definições apresentadas por SANTOS, acima, assim como a de ALENTEJANO, defendem o que HAESBAERT denomina de uma abordagem integradora e totalizante, pois o autor enfatiza, a todo instante, do uso do território pelos atores sociais a partir da base natural oferecida pelo mesmo, ou seja, nas suas palavras é o chão mais a população.

Reafirmando a perspectiva idealista, para SPOSITO (2004:112), “um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos,

políticos ou econômicos”, ou seja, a partir dos significados que o homem der ao território.

RAFFESTIN (1993) antes de conceituar “território”, busca distingui-lo de “espaço”, termos que foram utilizados, segundo ele, durante um longo período, como equivalentes. Para o autor,

“É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. (...) O território nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993:143).

Conforme RAFFESTIN, o espaço representado é a imagem do espaço, o que há é o território visto e/ou vivido. O espaço se torna o território de um ator, por intermédio de uma relação social de comunicação.

A perspectiva relacional está presente no conceito de RAFFESTIN, pois considera o território como uma construção que se fundamenta e que ocorre a partir das relações de poder, o qual ele define como sendo “uma combinação variável de energia e informação” (RAFFESTIN, 1993:55). Para ele, a energia e a informação estão presentes em todo tipo de relação.

De acordo com HAESBAERT,

“...o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica (como nas primeiras perspectivas lablacheanas de região), nem como um mero instrumento analítico ou conceito (geralmente a priori) elaborado pelo pesquisador. Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da “imaginação geográfica” dos indivíduos” (HAESBAERT, 2004:91).

Frente às múltiplas definições e “indefinições” existentes no debate atual acerca do território, será considerada uma concepção, para fins deste estudo, que privilegie as relações da sociedade com a natureza. Dentre os conceitos apresentados, qualquer que seja a perspectiva teórica, nota-se sempre a relação do território com as bases naturais, a política e a sociedade, principalmente.

Assim, como a área de estudo refere-se a um território onde transitam interesses ecológicos, políticos, econômicos e sociais, esse será tratado como uma base natural, em que ocorrem processos políticos e sociais imprescindíveis

ao desenvolvimento de uma população. Como um território que existe a partir da perspectiva da territorialidade, ou seja, da identidade da população com o território onde estão inseridos.

2.3.1- Território, territorialidade e identidade

SILVA (2002) entende por territorialidade o poder que determinado grupo possui sobre determinada área, ou seja, “pode ser entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas por controle de área”(SILVA, 2002:27). A estratégia para ele liga-se ao uso da terra por pessoas por intermédio da organização espacial e do significado que o lugar tem para estas pessoas.

Para SACK *apud* SILVA (2002:27) “a territorialidade humana não é um instinto, nem um poder essencialmente agressivo, mas a primeira expressão geográfica de poder”. Ainda segundo esse autor: “a territorialidade pode ser afirmada por diversas formas, entre elas: direitos legais de um país sobre determinada área; força bruta; normas culturais; proibição sobre o uso de áreas; formas sutis de comunicação semelhantes à postura do corpo” (SACK *apud* SILVA, 2002:27).

Assim, de acordo com SACK e SILVA (2002) a territorialidade relaciona-se a limites de pertencimento ou de exclusão de pessoas em um determinado território através da afirmação de determinado poder sobre determinada área. Entendem a territorialidade como um mecanismo de manutenção do poder, o qual pode ocorrer pelo controle de pessoas e áreas, um comportamento territorial de um determinado grupo.

É possível reconhecer três relações de interdependência contidas na definição de territorialidade encontradas em SACK *apud* HAESBAERT (2004). Sendo elas:

“_ a territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos aqui de territórios-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios-rede ou de lógica reticular);
_ a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso da fronteira (‘uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão’);
_ a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior” (SACK *apud* HAESBAERT, 2004:88).

De acordo com as interpretações de HAESBAERT (2004), SACK centraliza o conceito de territorialidade na perspectiva política, mas reconhece as dimensões econômica (uso da terra) e cultural (“significação” do espaço). Esse reconhecimento ocorre quando, por exemplo, ele se aproxima de RAFFESTIN ao afirmar que: “a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK *apud* HAESBAERT, 2004:87).

A distinção existente entre SACK e RAFFESTIN, ocorre, principalmente, porque para o último, territorialidade é o “conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN *apud* HAESBAERT, 2004:87). RAFFESTIN com uma visão mais ampla prioriza as relações humanas na sociedade, que pode se manifestar de forma política, econômica, cultural, dentre outras.

SOUZA (2001) apresenta duas abordagens distintas sobre a temática da territorialidade. A primeira, relaciona-se a territorialidade do Estado-Nação, naturalizada por Ratzel³, em que a identificação ocorre entre todo um povo e seu Estado pelo amor à pátria.

Na Geografia Política, o território é um espaço concreto, constituído de atributos naturais e sociais. Assim, a ocupação de um território gera raízes e identidades, “(...) no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria

³ O alemão Friedrich Ratzel é um grande autor da Geografia Política. Para ele, “O Estado não é um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo (Boden) imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente, sem que a vida venha a se evadir” (RATZEL *apud* SOUZA, 2001:85). Ratzel utiliza a palavra solo para fazer referência a território.

inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem')" (SOUZA, 2001:84).

A segunda abordagem, mais abrangente e crítica, segundo o autor, não propõe um descolamento da dimensão política e cultural, mas pressupõe um território comparado a

“um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2001:86).

Por fim, SOUZA chega a um conceito de territorialidade, no qual ele compara tal termo a outros substantivos como brasilidade, sexualidade, dentre outros. Contudo, utiliza-se de um conceito no qual se evidencia o predomínio das relações de poder: “A territorialidade, no singular⁴, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, (...) *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2001:99)

Já para SPOSITO (2004) existem três abordagens para o termo território, a primeira, está associada a uma concepção naturalista, a segunda, voltada ao indivíduo, ou seja, a territorialidade e, uma terceira, que trata do conceito de território segundo as noções de espaço, o que a torna confusa.

Será tratada, neste momento, mais especificamente a segunda abordagem, a qual se refere à territorialidade e sua apreensão pelo indivíduo. Segundo SPOSITO (2004) essa abordagem está impregnada de forte conotação política. Por esta abordagem

“(...) temos o território do indivíduo, seu 'espaço' de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, e portanto da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar” (SPOSITO, 2004:113).

Nota-se que, mesmo fazendo referência a conotação política, a abordagem de SPOSITO também se pauta no comportamento territorial de um grupo, como a de RAFFESTIN, a qual está mais centrada nas relações do indivíduo com seu

⁴ SOUZA (2001:99) também explica o conceito de “territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas, etc.”

meio, podendo ocorrer com ou sem relação de poder, mas de forma a privilegiar a formação cultural por meio da vivência em um território.

Assim, o território é fator determinante para a formação dos costumes e dos hábitos de uma sociedade e, conseqüentemente, da territorialidade, a qual será própria, pois é a identidade que uma sociedade assume diante de seu território.

Diante disso, pensar o desenvolvimento local e o territorial pressupõe pensar a utilização da territorialidade como um instrumento de ação, conforme estratégia de desenvolvimento adotada. Deve-se, contudo, ficar sempre nítido que os objetivos e as estratégias do desenvolvimento local diferenciam-se das do desenvolvimento territorial, conforme serão apresentadas.

2.4- Considerações a respeito do desenvolvimento local

As muitas estratégias de desenvolvimento estabelecidas por governantes, agentes institucionais e conhecidas por leitores e pesquisadores, normalmente, estão associadas, dentre outros, a processos vinculados a grandes empresas, indústrias e/ou negócios. Contudo, nos últimos anos, têm surgido no cenário mundial iniciativas de desenvolvimento baseadas na utilização de recursos naturais e humanos de origem endógena. Trata-se de um tipo de desenvolvimento econômico de caráter local ou regional, baseado não apenas na economia, como também na valorização dos atributos sociais, culturais e naturais locais.

De acordo com LLORENS

“(…) as estratégias de desenvolvimento econômico local mostram maior interesse e preocupação com a satisfação das necessidades básicas no território, a melhoria do emprego, da renda e da qualidade de vida, assim como a conservação da base de recursos naturais e do meio ambiente” (LLORENS, 2001:74).

Acrescente-se a isso que, “Ante as novas tecnologias, que alimentam os processos de globalização, o local redefine-se, ganhando densidade

‘comunicacional’ e técnica, tanto como nó das redes de comunicação global, quanto pela sua dinâmica interna” (ALBAGLI & MACIEL, 2004:10).

Assim, conforme LLORENS

“(…) nas estratégias de desenvolvimento econômico local, o espaço territorial é concebido como agente da transformação social e não como um mero espaço funcional. Na concepção do desenvolvimento local, o território socialmente organizado e seus traços culturais e históricos próprios são traços muito importantes. Assim, também, a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos grandes processos de transformação existentes, senão que desenvolve iniciativas próprias, a partir de suas particularidades territoriais nos diferentes níveis econômico, político, social e cultural” (LLORENS, 2001:76).

Para que a sociedade local se ajuste às estratégias de desenvolvimento local torna-se necessário a atuação efetiva dos agentes institucionais, os quais serão responsáveis pela mediação de um projeto de informação e de novas técnicas. Desse resulta que, segundo as interpretações de ALBAGLI e MACIEL sobre BARQUERO, o desenvolvimento local provém da interação dos atributos locais à atuação de atores.

“Cada local ou região dispõe assim de diferentes combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar. E, no sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores – expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local” (BARQUERO *apud* ALBAGLI & MACIEL, 2004:11).

O apoio das instituições nas estratégias de desenvolvimento torna-se o instrumento principal tanto na reprodução quanto no estabelecimento de novos conhecimentos a partir das características do espaço local e territorial.

“O ambiente institucional como um todo, no qual as empresas interagem, repercute na capacidade de inovação, a partir de uma ‘capacidade social’ difusa, histórica e culturalmente moldada, de gerar e de apropriar-se de novos conhecimentos, bem como de utilizá-los em favor do desenvolvimento local” (ALBAGLI & MACIEL, 2004:14).

Além disso, para ALBAGLI e MACIEL

“O conhecimento gestado a partir da realidade e das necessidades locais é relevante tanto para se obter vantagem competitiva, transformando as características e atributos específicos de cada território em valorização econômica, como também promover padrões de desenvolvimento mais sustentáveis, em termos sociopolíticos, econômicos e ambientais” (ALBAGLI & MACIEL, 2004:15).

Para LLORENS (2001), o desenvolvimento econômico local resulta de uma mudança estrutural e de um processo de desenvolvimento econômico, os quais visam a uma melhoria da qualidade de vida da população local. O autor distingue várias dimensões a serem alcançadas nesse processo de desenvolvimento, como:

“econômica, na qual os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para ser competitivos no mercado;
formação de recursos humanos, na qual os atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimentos aos requerimentos de inovação dos perfis produtivos locais;
sociocultural, na qual os valores e as instituições locais impulsionam ou apóiam o próprio processo de desenvolvimento;
político-administrativo, na qual a gestão local e regional facilita a articulação público-privada em nível territorial e a criação de ‘entornos inovadores’ favoráveis ao desenvolvimento produtivo empresarial; e
ambiental, que inclui a atenção às características específicas potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente” (LLORENS, 2001:78).

Conforme o autor, “os objetivos das políticas de desenvolvimento local devem ser derivados das estratégias estabelecidas em cada um dos diferentes territórios, as quais necessitam ser adequadas coerentemente ao restante das políticas no nível do Estado” (LLORENS, 2001:133). Portanto, é necessário a cada local formular sua política de desenvolvimento mediante não apenas a realidade em que está situado, bem como estar adequado ao território em que está inserido.

Nota-se assim, que o desenvolvimento local apóia-se, principalmente, em um tripé, sendo as bases desse os atributos locais, os agentes, os quais podem ser de origem pública e/ou privada e, à associação com as políticas territoriais e estatais. Interligando os pontos mais importantes desse tripé é possível situar a importância da informação.

O sistema de informação deve ser elaborado a partir do âmbito territorial, da cooperação e apoio dos atores locais e com a atuação da instância política. Assim, a informação e o conhecimento da realidade, como as suas potencialidades, capacidades e dificuldades serão utilizados como componente da estratégia de desenvolvimento local (LLORENS, 2001).

“O acesso à informação, especialmente aquela existente fora do grupo, e sua importância para o desenvolvimento, seja das comunidades, seja das empresas, é o elemento-chave a ser investigado. Da mesma forma, as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus

universos locais de vivência, interação e trabalho” (MARTELETO & SILVA, 2004:48).

A existência da parceria e da cooperação entre os atores e os agentes das comunidades locais aliada à informação são imprescindíveis condicionantes ao acesso à criatividade e à inovação e, conseqüentemente, a uma estratégia de desenvolvimento local. Contudo, é importante destacarmos também que,

“(…) existe um pressuposto geral de que não há padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento local; tal desenvolvimento deve ser construído com base nas demandas e características locais, tendo como referência àquelas variáveis externas que encerram as relações da localidade em totalidades mais amplas de produção de valor” (MARTINS, 2005:253).

Sendo importante, no entanto, enfatizar que, principalmente nas comunidades rurais, o surgimento das iniciativas de desenvolvimento local pode estar diretamente relacionado à atuação de agentes institucionais locais, responsáveis, na maioria das vezes, pela informação e união de um determinado grupo.

Esses agentes, por sua vez, podem também propor e atuar em conjunto por uma perspectiva de desenvolvimento que vá além das dimensões locais, atingindo uma extensão e campo muito maior- o território, evidenciando o que se denomina, na atualidade, de desenvolvimento territorial.

2.5- A dimensão territorial do desenvolvimento rural

É provável que a análise realizada por SHNEIDER (2004) sobre o debate acerca do desenvolvimento do território rural⁵ seja, na atualidade, o mais completo trabalho a nível de Brasil. Valendo-se de muitos autores, ele apresenta o como e o

⁵ O território rural é compreendido como um território “onde os critérios multidimensionais que o caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implícitamente, a predominância de elementos ‘rurais’(ambiente natural pouco modificado e/ou convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica, dentre outros)”(BRASIL, 2003:34)

porquê do surgimento da abordagem territorial no desenvolvimento rural, bem como o significado e as implicações desse desenvolvimento. E, no final de seu texto, chama a atenção para o caráter ainda embrionário dessa abordagem no Brasil e os cuidados que são necessários com questões relacionadas ao seu trato recente.

Para SHNEIDER (2004), as múltiplas abordagens existentes na atualidade sobre o desenvolvimento rural decorrem do inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; da necessidade de um novo modelo agrícola que valorize as atividades agrícolas e não-agrícolas, tal como os ecossistemas locais e regionais; do estímulo às relações individuais e familiares junto à combinação de atividades pluriativas; da redefinição de um modelo que gere novo sentido à comunidade rural e às relações entre os atores locais; do redirecionamento das ações públicas e institucionais, as quais não devem priorizar apenas a agricultura; e, por fim, do uso adequado dos recursos ambientais.

Assim, o desenvolvimento rural, tal qual como vem se projetando na atualidade, não abarca mais a abordagem regionalista, como era realizado até o momento. É por esse motivo, dentre outros, que a abordagem territorial tem se feito presente nos debates territoriais sobre o desenvolvimento rural. Predomina, na atualidade, a perspectiva de que:

“O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas” (BRASIL, 2003:26).

O esgotamento da abordagem regional no debate do desenvolvimento, tanto no campo teórico como na prática, deve-se a uma associação do termo “região” ao processo de crescimento econômico⁶. A região era analisada conforme sua capacidade de subsidiar atividades econômicas com maior eficiência. O termo passou a ser utilizado para a medição de parâmetros de riqueza, como a evolução

⁶ Hoje, “O desenvolvimento harmônico do meio rural se traduz em crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos superiores: a coesão social, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, ao sentimento de pertencimento e à inclusão; e a coesão territorial como expressão de espaços, de recursos, de sociedades e instituições imersas em regiões, de nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas” (BRASIL, 2003:26).

do PIB em diferentes países. A partir da década de 1980, o conceito de desenvolvimento passou a incluir outras variáveis, como a sustentabilidade ambiental, a abordagem economicista foi sendo deixada de lado, fazendo com que a abordagem regional perdesse seu poder explicativo (SHNEIDER, 2004). Nesse cenário, o território aparece para o autor:

“... como um processo vinculado a globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território. Mais ainda, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado entendido como instituição jurídico-social, as fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc” (SHNEIDER, 2004:102).

Outro fator que ocasionou a emergência da abordagem territorial relaciona-se ao “questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos de atividades econômicas que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala” (SHNEIDER, 2004:103). Conforme esse autor, por essa nova abordagem, o território passa a ser compreendido como um agente de transformação social, e não apenas como um aparato de recursos naturais necessários ao desenvolvimento econômico. Os sistemas de produção locais passam a operar com base em relações de trabalho e de produção relacionados ao ambiente social e à estrutura econômica, o que permite a articulação da produção com o modo de vida local.

Pelo estudo que SHNEIDER (2004) realiza do trabalho de SCHEJTMAN e BERDEGUÉ:

“...o desenvolvimento territorial rural é definido como um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, com a finalidade de reduzir a pobreza rural. Segundo esses autores, para se tratar o desenvolvimento rural na perspectiva territorial é necessário levar em consideração sete elementos. Primeiro, é num ambiente cada vez mais competitivo que se dão as chances de sobrevivência das unidades de produção. Segundo, a inovação tecnológica continua a ser uma variável-chave para elevar a produtividade da mão-de-obra e as rendas da população rural. Terceiro, a competitividade é um fenômeno sistêmico e depende dos ambientes e dos territórios. Quarto, a demanda externa exerce um apelo decisivo sobre as transformações produtivas locais e territoriais. Quinto, os vínculos rural-urbanos são fundamentais ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em um território. Sexto, o desenvolvimento institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Sétimo, o território não é um espaço físico subjetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se

expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados” (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ *apud* SHNEIDER, 2004:106).

Junto ao debate atual acerca da dimensão espacial incorporada ao conceito de desenvolvimento, ALENTEJANO (2003) destaca que o mesmo já passou pela incorporação dos conceitos sustentável, social, econômico, cultural, étnico, local, regional. Assim, refere-se à proposição de que “o conceito de desenvolvimento deveria conter um sentido de movimento indeterminado, isto é, não deve ser visto como previamente delineado, nem como tendo uma direção única e imutável” (ALENTEJANO, 2003:32).

A relação que esse autor faz do desenvolvimento a um movimento indeterminado possibilita ao leitor pensar e fazer referência à mobilidade do capital, além de fazê-lo reconhecer que no processo de construção do desenvolvimento devem ser considerados elementos políticos, econômicos, culturais e ambientais próprios. Os quais advêm do planejamento do desenvolvimento rural pautado em características locais, a partir do qual o território pode direcionar o processo de desenvolvimento à medida que incorpora os seguintes elementos: política, relações sociais e recursos ambientais.

“... o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de vínculos com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (OCDE *apud* ABRAMOVAY, 2003:45).

Conforme o proposto nos estudos da OCDE, apresentados por ABRAMOVAY (2003), é necessário que ocorra, ainda, em muitas áreas do rural brasileiro, uma valorização do território rural como estratégia na busca do desenvolvimento ambiental, econômico e social, ou seja, o desenvolvimento de um território a partir da atuação e da valorização de seus próprios atores sociais. A administração e a proposição de dinâmicas territoriais que valorizem a história e a cultural regional, bem como o incentivo a ser dado pelo Governo e demais instituições que valorizem o espírito empreendedor serão precursores do desenvolvimento territorial em áreas rurais.

“O conceito de território inclui a noção de patrimônio sociocultural, e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A mobilização do patrimônio local induz a redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo” (GEHLEN & RIELLA, 2004:22).

Para ABRAMOVAY (1999), o desenvolvimento rural somente fará sentido à medida que o acesso à terra “for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o **ambiente institucional** local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada **território** pode participar do processo de desenvolvimento” (grifos do autor). Ainda, segundo esse autor, essas alterações não podem estar dependentes apenas dos recursos estatais, mas, essencialmente, das forças sociais que almejam a valorização do meio rural.

Segundo ABRAMOVAY (2003), em torno da concepção de desenvolvimento rural na atualidade convergem as práticas do desenvolvimento territorial, não sendo o território entendido somente sob o ângulo da localização e das vantagens geográficas, mas sob a perspectiva de montagem de instituições que trabalhem em prol dos tecidos sociais locais através de ações cooperativas.

CASAROTTO FILHO e PIRES (1998) denominam de “pacto territorial” uma estratégia de desenvolvimento que deva responder a cinco itens principais. Eles partem do pressuposto inicial de que precisa ocorrer a mobilização de atores por uma “idéia guia”. Estes atores, por sua vez, devem participar não apenas da execução do projeto, como também de sua elaboração. O projeto deve estar orientado a desenvolver atividades de um território e ser realizado em tempo definido. E, por fim, deve ser criada uma entidade gerenciadora, representante da unidade dos protagonistas do pacto territorial.

“o sucesso das regiões rurais dinâmicas não se deve a existência de uma composição setorial favorável. O bom desempenho na criação de empregos resulta de uma dinâmica territorial específica que não está ainda bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito de empreendimento, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do ambiente cultural e nacional” (OCDE *apud* ABRAMOVAY, 2003:46).

A trajetória a ser empreendida em busca do desenvolvimento territorial não é fácil de se efetivar. SHNEIDER (2004) parte do pressuposto de que seja

necessário levar em consideração três questões relevantes. A primeira, refere-se ao fato de que existem vários conceitos para o termo “território”: assim, qual uso deve ser feito do mesmo? O conceitual ou o normativo? Para ele, não é simples e nem suficiente a adaptação do conceito ao uso normativo.

“Nessa perspectiva, (...) a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequada para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social” (SHNEIDER, 2004:110)

Conforme tal definição, o território é compreendido sob a ótica normativa, é a referência e o pressuposto para se pensar o desenvolvimento rural por intermédio de ações intervencionistas e, mais especificamente, do setor governamental, por intermédio de políticas públicas.

A segunda questão sobre a qual SHNEIDER (2004) refere-se é a articulação externa dos territórios, especificamente, os rurais. Tendo em vista que os territórios rurais não são ilhas, mas situam-se em um contexto nacional e internacional com dinâmicas sociais, econômicas, entre outros, e que, por isso, pressiona e delimita o espaço de ação dos agentes.

Tal questão é uma das principais condicionantes do não desenvolvimento do território rural no Brasil. A falta de articulação externa existente nos territórios rurais do país deve-se, entre outros, segundo interpretação de SHNEIDER (2004) sobre GRAZIANO DA SILVA, ao fato de ser verdadeiro que:

“... o Estado, nos seus diferentes níveis, não se encontra aparelhado para oferecer respostas as questões levantadas pelas populações locais. E não se trata apenas das carências de meios técnicos, recursos humanos ou financeiros suficientes para enfrentar esses problemas. Trata – se, na realidade, (...), de um tipo de sociedade civil cuja organização social e institucional é fragil, e, em muita situações, virtualmente inexistente” (GRAZIANO DA SILVA *apud* SHNEIDER, 2004:113).

Por fim, a terceira questão apresentada por SHNEIDER (2004) recorre à segunda, pois, nesta, ele se refere “à necessidade, então, de qualificar as relações dos territórios, especialmente os rurais, com o ambiente externo, já que se considera esta uma falta das discussões recentes sobre o assunto” (SHNEIDER,

2004:114). Dessa forma, no intuito de qualificar a relação do território rural com o ambiente externo, ele identifica seis formas distintas de realizá-la.

A primeira, a qual chama de tradicional, refere-se à importância fundamental para a sociedade da produção agrícola e do fornecimento de matéria-prima. A segunda relaciona-se à necessidade de repensar a dinâmica das relações rural-urbanas ou campo-cidade. Pela terceira, ressalva a importância da atividade pluriativa das famílias rurais as quais podem ser exercidas dentro e fora das propriedades. Na quarta, destaca que a relação do território rural com o ambiente externo pode ser conseguida por intermédio de novas relações entre produtores e consumidores. Na quinta forma, descreve e identifica a importância da revalorização urbana do rural, a qual se processa em muitos níveis, que vão desde a valorização do meio ambiente até um processo de descentralização empresarial. E, pela sexta forma, retrata que as articulações exteriores dos territórios rurais se assentam em dimensões socioculturais.

Pensar no desenvolvimento territorial do mundo rural perpassa hoje por uma série de observações e considerações. Neste trabalho, optou-se por utilizar o que SHNEIDER (2004) denominou de uso normativo do território como meio de ser adquirido o desenvolvimento territorial. Todavia, não será considerada apenas a atuação normativa governamental por intermédio de políticas públicas, mas também a possibilidade de serem analisadas, mesmo que de forma descritiva, ações normativas que visem ao desenvolvimento territorial rural, realizadas por instituições governamentais, não-governamentais e privadas.

Por conseguinte, a abordagem territorial apresentada até aqui permitirá ao trabalho maiores possibilidades de análise e discussão acerca do desenvolvimento rural pretendido ou ainda não pretendido, por instituições governamentais, não governamentais e privadas na área de amortecimento do Parque Nacional do Caparaó.

3- O ParNa CAPARAÓ (PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ).

A finalidade deste capítulo é a caracterização da área de estudo segundo sua história de criação. Para isto, levou-se em consideração as tentativas políticas e as organizações de sociedade civil existentes na década de 1950, como os excursionistas regionais, tal como ações individuais que almejavam a criação do ParNa Caparaó na região.

Junto à história de criação, serão apresentadas as implicações e interferências do novo plano de manejo, não apenas para o interior do parque, mas também para o seu entorno, situando mais especificamente as novas regulamentações do SNUC e suas conseqüentes correlações com as propriedades rurais do entorno do parque.

Também será apresentada sua localização e os principais meios de acesso pela portaria principal localizada em Alto Caparaó. Serão identificados seus atrativos naturais e os elementos que o constituem, como o relevo, a vegetação, a hidrografia e o clima e, conseqüentemente, como esses constituem importante atrativo turístico regional.

3.1- O processo de criação e História do ParNa Caparaó.

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) dividem-se em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em leis, essas unidades são divididas nas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Suas categorias são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2005).

Dentro das Unidades de Proteção Integral, os Parques Nacionais, por sua vez, têm o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000). Os Parques Nacionais podem ser adquiridos por qualquer forma legal (compra, doação ou desapropriação) e são considerados patrimônios públicos.

Em 20 de setembro de 1948, pelo Decreto Lei (Estadual) nº 55, fora criada a Reserva Florestal do Pico da Bandeira. Nos anos posteriores, sucessivos pedidos foram enviados aos Presidentes da República, solicitando a criação do Parque Nacional do Caparaó; dentre eles, o da Câmara Municipal de Espera Feliz, encaminhado em 21 de novembro de 1953 (BRASILIA, 1981).

Todavia, conforme FERNANDES (1974), “foi em 11 de agosto de 1957 que se iniciou a campanha para o desenvolvimento do turismo na região”. Ainda segundo esse autor, tal campanha surgiu devido à publicação de um trecho da indicação 462 apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo

Deputado João Bello em 25 de outubro de 1955 e publicada em O JORNAL do Rio de Janeiro, a qual dizia:

“A criação do Parque Nacional do Caparaó é medida urgente e reclamada pelo interesse nacional. Se outros motivos, além dos que se relacionem com a organização de um parque desse gênero e atinentes à preservação do solo, da fauna e da flora precisassem ser invocados deveríamos lembrar que, na Serra do Caparaó, se encontra o mais alto ponto do Brasil – O Pico da Bandeira (naquela época). Somente desse motivo poderia recomendar a providência da criação do Parque Nacional, porque ele inspiraria o turismo. Além, entretanto, do Pico da Bandeira, a Serra do Caparaó ainda apresenta, altaneira, dois outros picos, quaisquer deles, desafiando em alturas o das Agulhas Negras. Criado o Parque Nacional do Caparaó, iriam tonificar os rios que nascem na Serra do Caparaó – quase todos eles demandando o Espírito Santo, seja correndo diretamente para o território daquela unidade federativa, seja percorrendo parte do território mineiro, para, afinal, lançarem – se no Rio Doce. Tonificados, esses rios passariam a propiciar melhores quedas d’água para o aproveitamento hidroelétrico, água potável para o consumo da população e para o maior benefício das culturas. Com estas considerações, apresentamos à consideração da Assembléia esta indicação” (O JORNAL do Rio de Janeiro *apud* FERNANDES, 1974:7).

Fica em evidência no relato acima a justificativa turística como um meio de fazer da Serra do Caparaó um Parque Nacional, além de serem também observadas as preocupações com os recursos hídricos como fins de produção estratégica, bem como para o consumo e uso na agricultura já em 1955. Preocupações que, ainda hoje, são pertinentes.

De acordo com FERNANDES (1974), o desenvolvimento vivenciado pelo Brasil da década de 50 no setor rodoviário e da indústria automobilística comportava o incremento do moderno setor da indústria do turismo. Ele comparou as montanhas acessíveis do maciço Caparaó às montanhas européias, onde o turismo, ou seja, os passeios, descansos e excursões eram muito realizados. Percebe-se que o autor fazia referência à atividade turística como um setor propício ao turismo e gerador de fonte de divisas para o país. Destaca ainda, em 1974 que, o Maciço do Caparaó já era fonte de estudos que interessavam a vários setores da economia brasileira como a agricultura (conservação da natureza), à indústria extrativa (minérios radioativos) e à Segurança Nacional e à exploração do turismo.

Após a primeira indicação de 1955, FERNANDES (1974) destaca o nome de vários outros deputados que não mediram esforços para a criação do Parque. Segundo esse, tem-se:

“Já em setembro de 1957, o Sr. Victor Nunes Leal – Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República – comunicava que o Presidente havia interessado pela campanha e ordenado ao Sr. Ministro da Agricultura que fossem processados os estudos neste sentido. (...) Em 1958, o deputado federal Lourival de Almeida, lançou na câmara o Projeto de Criação do Parque Nacional do Caparaó, recebendo apoio de vários colegas parlamentares, dentre eles, Carlos Luz. Mais precisamente, o projeto foi lançado na sessão da Câmara Federal no dia quatro de fevereiro de 1958”(FERNANDES, 1974:8).

Tal projeto foi apenas arquivado devido ao trágico desaparecimento do Deputado Coaraci Nunes num desastre de avião ocorrido no Amapá. Entretanto, se na Câmara dos Deputados o processo ocorria de forma morosa, na imprensa do Rio de Janeiro os esclarecimentos sobre a região fluíam. Assim, ainda em 1958, o Sr Inimá Novais entregou à imprensa carioca um documento que fora enviado ao Ex-presidente Getúlio Vargas, em 23 de fevereiro de 1954, o qual informava ao presidente sobre esse espaço do Brasil, constando mapas da região e de estradas. Por intermédio desse documento, o deputado Mário Hugo Ladeiro da Assembléia Legislativa de Minas Gerais fez a indagação de número 330 solicitando ao Ministro da Agricultura a criação do Parque (FERNANDES, 1974).

“Já em 1959, o movimento acelerara-se ainda mais. As aspirações da campanha de incentivo do turismo na região chegaram as mais arraigadas reivindicações. Foi então que surgiu um dos mais ardorosos defensores do Caparaó – Ronald Gripp, que em 12 de fevereiro de 1959, concedeu entrevista à imprensa carioca dizendo: ‘Caparaó com boas estradas, poderia tornar-se o centro turístico de atração internacional, canalizando grande soma de divisas para o Brasil’. – De que dependerá isso? – perguntou o repórter?. – De estradas – respondeu -, no momento a maior aspiração nossa é a ligação de Manhumirim à estrada Rio-Bahia, com a construção da rodovia estadual que liga Mutum a Divino’ ”(FERNANDES, 1974:14).

A entrevista do Sr. Ronald Gripp foi mais uma das tentativas que culminou em debates e organização de uma escalada de parlamentares ao Pico da Bandeira pelo deputado Guilhermino de Oliveira. No dia 30 de maio de 1959 foi realizado em Belo Horizonte o primeiro Congresso de Turismo oficial de Minas Gerais, data em que a delegação de Carangola entregou o documento em que solicitava a urgente criação do parque. Entretanto, em vista de tantas tentativas, em vão, a campanha foi se esfriando e a década de 1960 iniciou-se com a atenção de todos para as eleições presidenciais. Foi em meio à campanha que: “(...)Jânio visitou Manhumirim e recebeu um grupo de excursionistas que lhe expôs a maior aspiração, daquela época, pelo povo desta região. Depois de ouvir

atento as explicações dos jovens, Jânio torceu o bigode e exclamou: 'escreve isso aí num bilhete' "(FERNANDES, 1974:16) .

Em 24 de maio de 1961, pelo Decreto Federal nº 50 646, criou-se o Parque Nacional do Caparaó pelo então Presidente da República Jânio Quadros, em uma área correspondente a 31800 hectares, sendo, aproximadamente, 79% pertencente ao Estado do Espírito Santo, e 21% ao Estado de Minas Gerais (Figura 1).

A criação do ParNa Caparaó em 1961 significou uma vitória da persistência e da vontade de um grupo de pessoas que viam na região um potencial turístico, um local onde deveria ser conservada a natureza por intermédio da manutenção da flora, da fauna e dos demais recursos, pois já naquela época os recursos hídricos recebiam especial atenção. Como editado em 23 de fevereiro de 1958:

"Concretizando-se a idéia da criação do Parque Nacional do Caparaó, a vitória não será apenas de um grupo, de um clube, mas sim de todos – do excursionismo brasileiro, de excursionistas e de desportistas que há muito se batem, pessoalmente, e em suas excursões pela auspiciosa realização. Recordar-se o trabalho incansável da Diretoria e dos sócios da Associação dos moços de Presidente Soares⁷ (Minas Gerais) que, por meio de volantes e citando opiniões de naturalistas, incentivou a campanha em prol do Parque do Caparaó. Aos moços de Presidente Soares, aos desportistas capixabas e aos 'lagartixas' cariocas, se aprovado o referido projeto, ficará juntamente com o seu autor um crédito honroso e muito significativo na História do Excursionismo Brasileiro" (Jornal Líder dos Diários Associados *apud* FERNANDES, 1974:9).

A história de ocupação da região data de períodos recentes, sendo muitas das denominações locais popularizadas e já conhecidas pela comunidade local de forma lendária. Conta-se, entre outras histórias que, por volta de 1859, D. Pedro II determinou a instalação de uma bandeira do Império no pico de altitude mais expressiva da Serra do Caparaó, sendo portanto, atribuída à denominação Pico da Bandeira ao local, devido a esse fato. O local, hoje, conhecido como Cruz do Negro, recebeu essa denominação porque um antigo caçador encontrou seu amigo, o negro Deolindo, morto pelo frio e, como forma de lhe conceder uma homenagem, passou a referir-se à região por esse nome (BRASILIA, 1981).

⁷ O Município de Presidente Soares hoje corresponde ao Município de Alto Jequitibá.

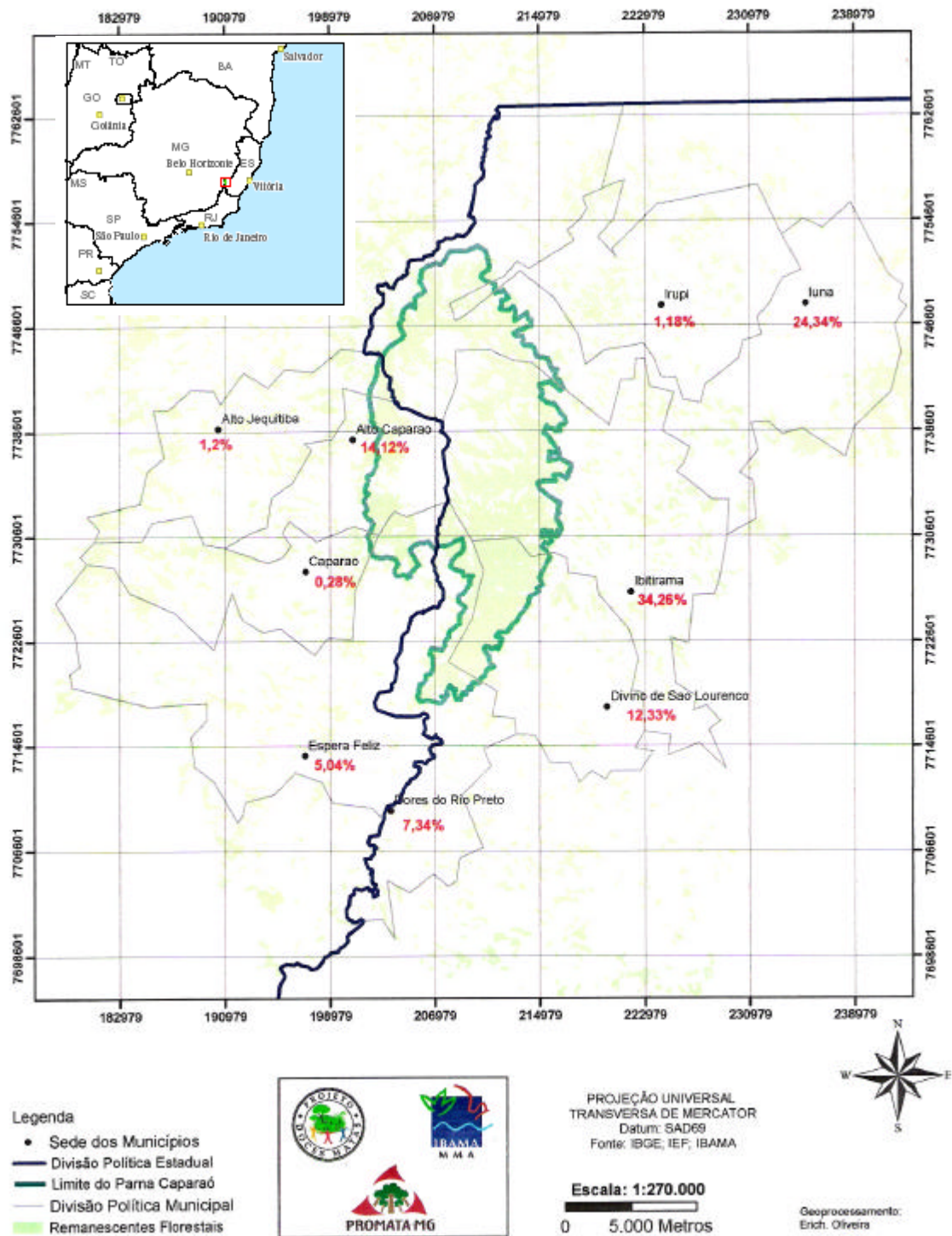


Figura 1- Localização do ParNa Caparaó e área dos Municípios dentro do Parque (%).

O limite do parque em seu período de criação fora definido pela quota de 1300 metros de altitude. Ou seja, todas as terras com altitudes superiores a 1300 metros pertenciam ao parque; e as mais baixas, ao seu entorno. Novos limites, contudo, foram fixados a partir de 1998 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pelo decreto de 20 de novembro de 1997; 176º da independência e 109º da República. A partir de então, a divisa do parque ficou mais flexível e passou a englobar áreas de real interesse para a conservação (BRASIL, 2005) .

O Parque possui grande parte de suas terras ainda não regularizadas. Em 19 de dezembro de 2000, pelo decreto número 9106, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis particulares incluídos nos limites do Parque Nacional do Caparaó, localizados nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais (BRASIL, 2000).

Segundo o Art. 2º do Decreto, “o IBAMA fica autorizado a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação das terras e benfeitorias contidas no Parque Nacional do Caparaó, destinadas a implantação do Parque, utilizando os seus recursos orçamentários e financeiros”. Todavia, conforme entrevista realizada em 29/08/2005 com o atual Chefe do IBAMA no Parque Nacional do Caparaó, Estevão Marchesini, foi informado, pelo mesmo, que o IBAMA não possui capital para realizar as desapropriações devidas.

No período posterior à criação do parque, a legislação ambiental brasileira passou por diversas adequações e alterações. Essas alterações resultaram, mais recentemente, na Lei 9985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, o qual prevê a criação de Unidades de Conservação (UC), ou seja, a delimitação de áreas municipais, estaduais ou federais que visem à proteção ambiental da fauna, da flora e demais recursos naturais.

A nova legislação regulamentou que a gestão do Parque Nacional deve ser realizada pelo plano de manejo, o qual passou a abranger não apenas a área do

parque, bem como sua área de entorno, denominada de zona de amortecimento e os corredores ecológicos (BRASIL, 2005).

“O plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade” (BRASIL, 2005).

No caso do Parque Nacional do Caparaó, o Plano de Manejo ainda utilizado é o que fora elaborado em 1981, conforme embasamento do artigo 5º do Código Florestal Brasileiro – Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 (BRASÍLIA, 1981). O Plano de Manejo de 1981 oferece um planejamento de infra-estrutura do Parque e abrange, especificamente, uma caracterização dos elementos naturais constituintes do seu limite interior.

Contudo, conforme o previsto em Lei (BRASIL, 2005), esse plano deve passar por uma revisão e vir a compreender também a zona de amortecimento do Parque, a qual compreende “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrição específica com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Acrescente-se que o IBAMA ainda não possui uma definição da área específica do entorno do parque. Prevalece, assim, a resolução CONAMA 013/90, a qual fixa a zona de amortecimento com a extensão de 10 Km, a partir dos limites do Parque Nacional (Figura 2).

Com relação ao ParNa do Caparaó, o novo Plano já está em processo de revisão, o qual vem sendo realizado pela Empresa MRS Estudos Ambientais Ltda. No Plano de Trabalho da Empresa, estão especificados doze etapas de trabalho a serem desenvolvidas. Essas etapas compreendem desde a avaliação dos planejamentos anteriores, 1ª etapa, até a entrega e aprovação da versão final do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, 12ª etapa. A primeira etapa iniciou-se no mês de Agosto de 2005 e a última está prevista para ser entregue no mês de janeiro de 2007 (MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA, 2005).

Dessa forma, a implantação das zonas de amortecimento, perpassa por diversas considerações. Dentre elas, o fato de considerar que “a conservação da biodiversidade não pode ser equacionada com a opção do não uso dos recursos

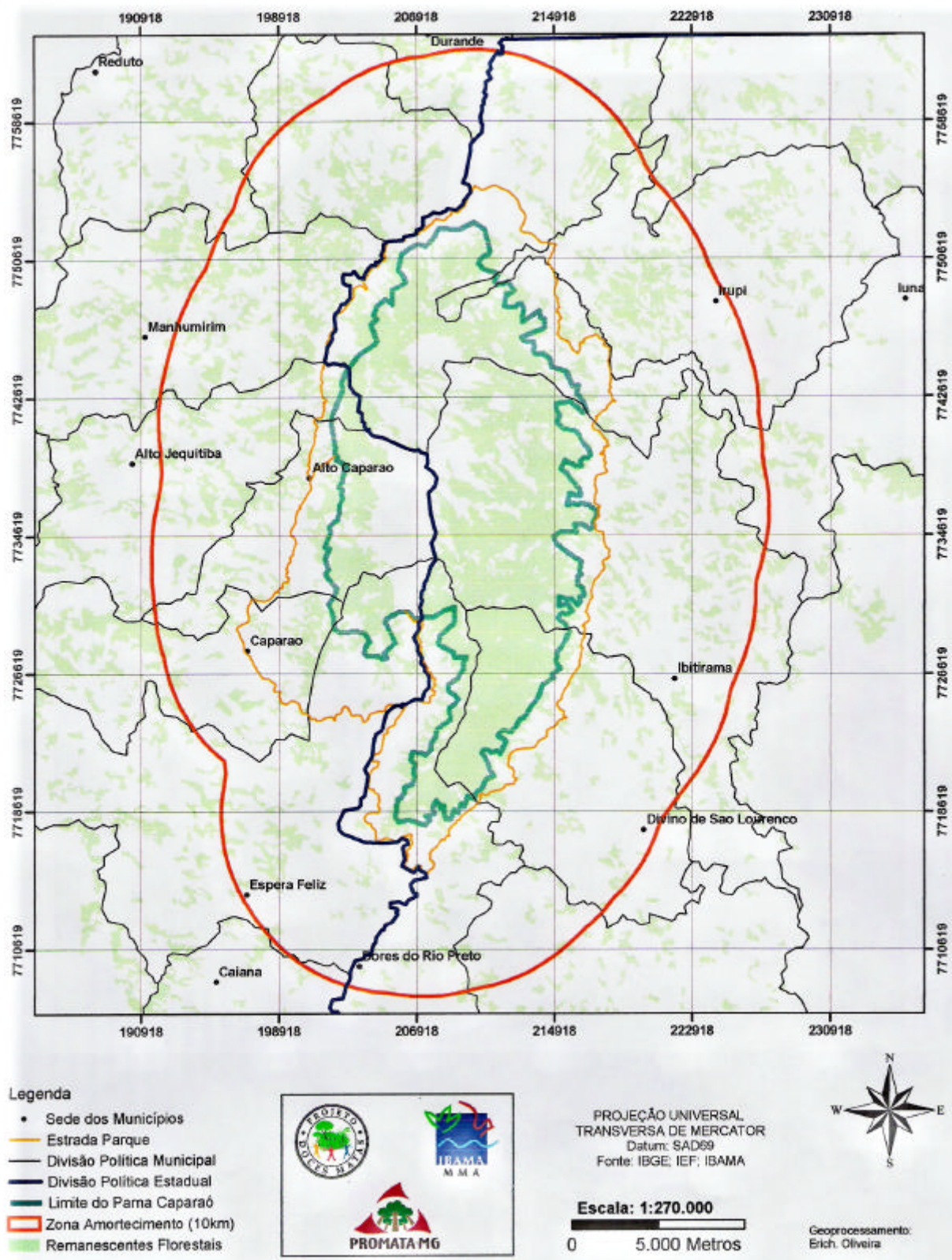


Figura 2- Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Caparaó.

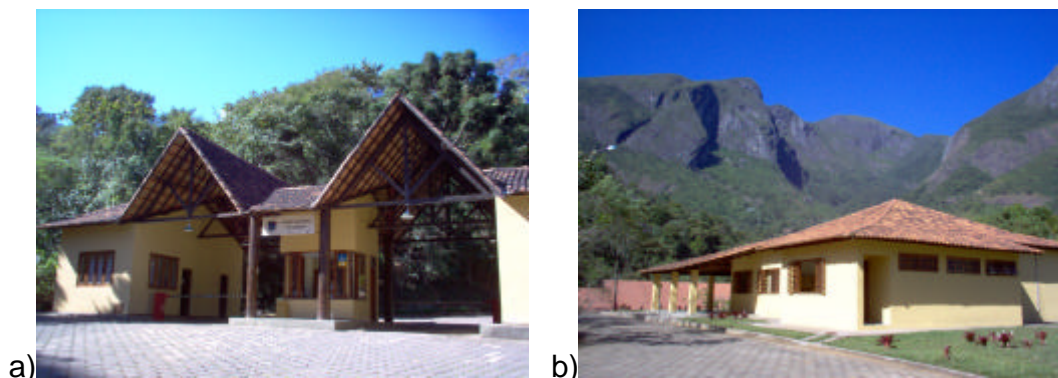
naturais precípuos. Por importante que seja, a instituição de reservas naturais é apenas um instrumento das estratégias de conservação” (SACHS, 2002:52).

Conforme SACHS (2002), o estabelecimento de áreas de conservação deveria ser um componente de estratégias de desenvolvimento, o qual se estabeleceria por intermédio do uso racional e sustentável dos recursos naturais pela população local. Esta, por sua vez, estaria consciente e incorporaria a preocupação com a preservação da biodiversidade em seu rol de interesses. O autor sugere uma combinação viável entre economia e ecologia, pois, para ele, a ecologia tem condições de oferecer os caminhos para um mundo sustentável, mas será a ciência social que conseguirá planejar tal transição. E propõe, também, um planejamento negociável e aberto entre conservação e atividades econômicas, demonstrando a necessidade de haver preocupações ambientais junto às preocupações sociais.

3.2- Caracterização do ParNa Caparaó

O acesso principal ao Parque Nacional do Caparaó ocorre pela portaria encontrada no município de Alto Caparaó, próxima a localização da sede da administração do Parque (Figura 3). O acesso ao Parque é fácil, tanto pela portaria mineira como pela capixaba, no município de Dolores do Rio Preto. Contudo, pela portaria principal que é a mineira, é possível ao visitante passar por apenas rodovias federais e estaduais, sem ter que utilizar estradas de terra.

O parque está localizado próximo à malha rodoviária que liga essa região a importantes áreas do país, como a BR 262 Belo Horizonte – Vitória, a BR 116 Rio de Janeiro – Bahia, a BR 101 litorânea e a BR 482, que liga a BR 101 a 116, passando por Cachoeiro do Itapemirim, no estado do Espírito Santo e Carangola, no estado de Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Figura 3- a) Acesso principal ao Parque do Caparaó (portaria localizada em Alto Caparaó); b) Sede da Administração do Parque.

A primeira estrada de acesso ao Parque do Caparaó foi construída por iniciativa do Sr. Inimá, o qual liderou a construção de 14 quilômetros de estrada até as “Seis Lagoas”. Inimá com a ajuda de um pequeno grupo conseguiu recuperar e construir novos trechos sem contar com nenhuma ajuda financeira, exceto da Prefeitura de Manhumirim que na época contribuiu com cinco mil cruzeiros. Inimá chegou a dever 90 mil cruzeiros antigos à espera de uma verba da que seria sugerida para o Orçamento da União e que nunca saiu (FERNANDES, 1974:11).

Inimá possuía sonhos para o Parque Nacional que ainda hoje não foram alcançados, como a criação de uma estação experimental de flores, frutos e reflorestamento; um educandário para os filhos de funcionários, um Posto de Assistência Social, entre outros citados em FERNANDES (1974). O Município de Alto Caparaó era assim caracterizado:

“O arraial do Caparaó é um lugarejo situado a 997 metros de altitude (uma das vilas mais altas do Brasil); possui aproximadamente 80 casas e uma população de pouco mais de 400 habitantes. Possui ainda quatro igrejas de seitas diferentes. Existem pequenas indústrias de olaria, fábrica de aguardentes e de queijos. A maior indústria da região é a extração de madeiras e cereais de um modo em geral. A produção de café, entretanto, já chegou a ser em seu ponto máximo de 30 mil arrobas” (FERNANDES, 1974:12).

Alto Caparaó é na atualidade o município mineiro que mais possui área dentro do Parque: 4.498,83 ha, o que corresponde a 14,12% da área total do parque. Os demais municípios que possuem áreas dentro do Parque são: Espera Feliz, Alto Jequitibá, Caparaó e Espera Feliz. Estes possuem dentro do parque as seguintes áreas, respectivamente: 1.604,11 ha, 356,55 ha e 87,73 ha. Estes dados correspondem ao mesmo tempo a 4,93%, 2,35% e 0,67% do total de área da Unidade de Conservação (Quadro 1). Observa-se que o município de Alto Caparaó, quando comparado aos municípios do Espírito Santo, é o terceiro município com maior quantidade de área em ha dentro do Parque, sendo, entretanto, o município que tem maior percentual de área total municipal destinada ao parque; são 43,02%, ou seja, quase a metade da área do município está situada dentro do Parque (Quadro 1).

Quadro 1- Áreas municipais dentro do ParNa Caparaó.

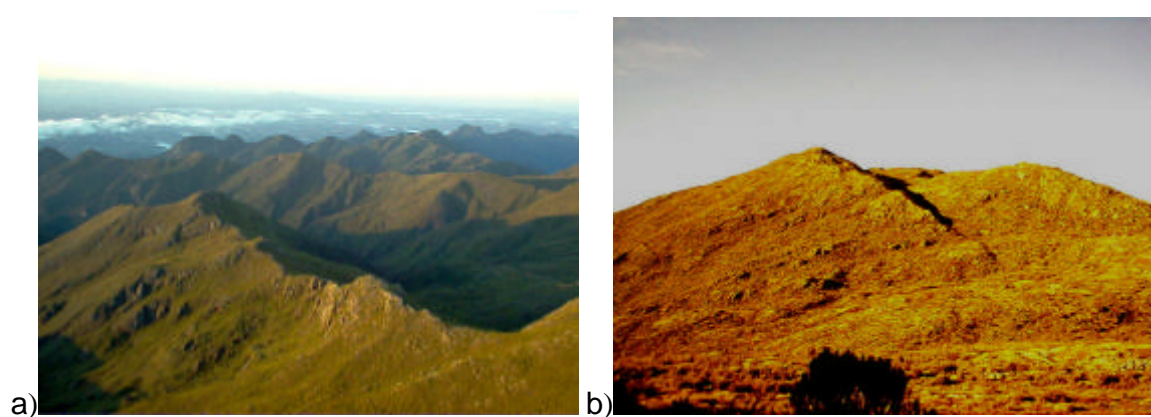
Dados Geográficos				Área dentro da UC				Remanescentes	
UF	Cidade	População	Área km ²	Área ha	%	Total	%	Área ha	%
MG	Espera Feliz	21.033	325,6	1.604,11	5,04%	6.547,23	20,6%	5.799	18%
	Caparaó	5.374	130,73	87,73201	0,28%			3.972	30%
	Alto Jequitibá	8.983	151,47	356,55792	1,12%			4.864	32%
	Alto Caparaó	5.197	104,58	4.498,83	14,12%			3.387	32%
ES	Divino de São Lourenço	5.190	176	3.927,26	12,33%	25305,894	79,4%	6.090	35%
	Dores do Rio Preto	6.662	153	2.338,26	7,34%			4.199	27%
	Iúna	27.723	461	10.911,54	34,26%			10.879	24%
	Irupí	10.774	184	377,13925	1,18%			4.493	22%
	Ibitirama	10.009	329	7.751,70	24,34%			12.588	39%

Fonte: IBAMA, 2005.

O Parque Nacional do Caparaó está inserido em uma região de inúmeras nascentes. Essas nascentes originam diversos tributários de importantes bacias hidrográficas brasileiras, dentre elas a do Rio Doce. Essa se constitui na maior

bacia da região estudada, que tem um de seus rios, o Manhuaçu, com importantes tributários que se originam na porção norte e noroeste do Parque, e que passam, por exemplo, pelo município de Manhumirim, como o rio Claro e o rio José Pedro.

Os rios que drenam o Parque Nacional do Caparaó são todos perenes, de pequeno e médio porte. A presença de uma vasta rede hidrográfica relaciona-se ao relevo da região, o qual se constitui de um conjunto montanhoso, abrangendo uma área onde é possível encontrar as terras mais altas da região sudeste. Este relevo é também responsável pela presença na região de inúmeras corredeiras e cachoeiras de grande beleza. Essa área é parte do sistema orográfico da Serra da Mantiqueira. Nesse, o Pico da Bandeira é o ponto mais alto, com 2890 metros de altitude (Figura 4).



Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

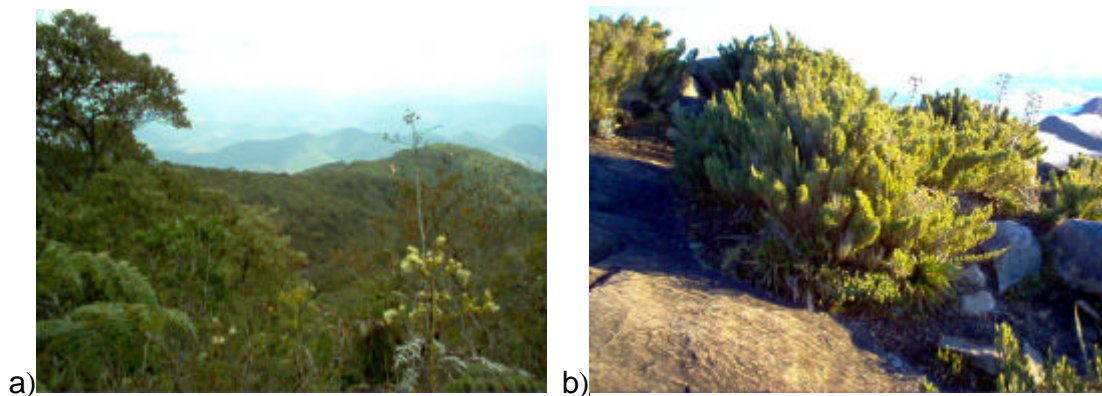
Figura 4- a)Feição do relevo encontrado no entorno do Pico da Bandeira; b)Pico da Bandeira.

O relevo montanhoso, com serras e picos mais elevados, atua localmente como modificador das características climáticas e vegetacionais locais. O clima dessa região decorrerá da influência de diversos fatores. Analisando-o de uma forma geral, nota-se que, mesmo estando a região localizada em uma faixa latitudinal, a qual confere a ela um clima tropical, esta sofrerá interferências das

altas altitudes, fazendo com que, principalmente nos meses de inverno, seja possível encontrar, no topo do Pico, temperaturas negativas. Além desses, as altas orografias também influem localmente na distribuição da precipitação, especificamente aquela que é gerada pela circulação atmosférica litorânea, pois a região está próxima ao Oceano Atlântico.

Com relação à vegetação, é possível encontrar uma diversidade, a qual está relacionada, dentre outros fatores, à exposição das vertentes, à maior ou à menor umidade e à insolação, bem como às diferentes altitudes que compreendem o Parque. Pelo lado capixaba, por exemplo, as vertentes ficam mais expostas à ação dos ventos úmidos e da precipitação vinda do mar, o que não ocorre do lado mineiro; assim, a Floresta Tropical Atlântica capixaba é mais densa e perene.

Entretanto, à medida que a altitude vai avançando as formações vegetais vão sofrendo alterações; assim, a Floresta Tropical Atlântica apenas será encontrada em altitudes mais baixas, na base do Parque. Acima de 2000 metros de altitude, local onde surgem os afloramentos rochosos, a vegetação é tanto rasteira como arbustiva, conhecida como campo rupestre (Figura 5).

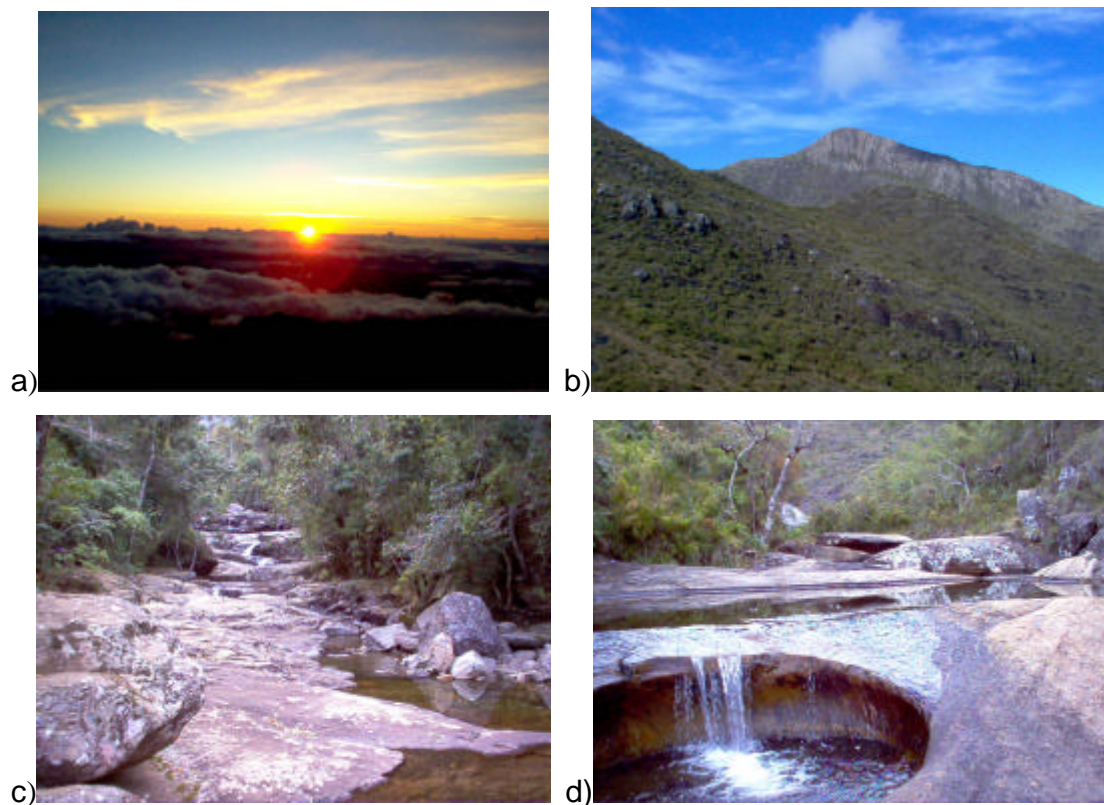


Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Figura 5- a) Floresta Tropical Atlântica encontrada no lado mineiro do Parque; b) Campo Rupestre encontrado no Topo do Pico da Bandeira.

Toda a diversidade paisagística do ParNa Caparaó faz com que este seja, na atualidade, uma área que atrai muitos turistas (Figura 6). Dentro do parque é possível conhecer, além de paisagens que decorrem da diversidade de relevo, clima e vegetação, encantadoras cachoeiras, os belíssimos nascer e pôr-do-sol que podem ser visto do topo do Pico da Bandeira, entre outros.

Assim, o parque conta com trilhas que conduzem os visitantes até o Vale Encantado, ao Mirante da Tronqueira, ao Terreirão, onde se localiza um abrigo de pedras utilizado pelos turistas na época do inverno para esperarem o horário de escalada ao Pico da Bandeira, a Gruta do Jacu. O parque conta também com uma infra-estrutura para o recebimento de visitantes e pesquisadores, o Centro de Visitantes, e para o recebimento de turistas, acampamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2004

Figura 6- Atrativos turísticos do Parque: a) Nascer do sol visto do Pico da Bandeira; b) Pico do Cristal; c) Vale Verde; d) Vale Encantado.

No quadro 2, é possível observar o número de visitantes recebidos pelo Parque do Caparaó, na Portaria de Alto Caparaó. Tal número, conforme o IBAMA, inclui crianças. Todavia, a administração do parque nos informou que, a partir do ano de 1998, os turistas também passaram a utilizar a portaria recém inaugurada de Pedra Menina, do lado do Espírito Santo, o que demonstra maior acréscimo no número de visitantes.

Quadro 2- Número de visitantes recebidos no Parque pela portaria de Alto Caparaó de 1990 a 2002.

MÊSES	ANOS												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
JAN	3242	1087	834	2604	1437	4792	4313	1527	2909	3445	2169	2756	1453
FEV	2757	2183	933	2783	2689	3585	5680	3424	2948	3884	1153	3588	2290
MAR	927	1391	2107	886	543	949	1398	1685	817	932	2612	951	2349
ABR	73	785	2004	1645	1401	3095	2808	1778	1959	2811	2463	2801	1146
MAI	0	1648	1175	765	793	909	732	1660	1290	1857	1246	968	2036
JUN	0	1615	1468	1313	1396	2105	1495	1762	1276	3169	2820	3240	1898
JUL	1920	1615	2493	3274	3190	4221	4190	3869	3618	5354	5104	6106	4805
AGO	1173	1257	1062	751	1235	1431	2443	2128	1646	1849	1224	2070	1864
SET	1295	870	1140	1271	1708	2374	1427	808	2070	2302	1239	2109	1490
OUT	1284	990	909	1524	1443	1380	2189	843	1290	1341	1541	1130	1478
NOV	1849	903	691	1170	1274	1184	971	1280	631	619	811	920	1138
DEZ	1870	1453	885	633	1290	1568	1701	1830	2097	1050	1493	405	1313
TOTAL	16.390	15.797	15.701	18.619	18.399	27.593	29.347	22.594	22.551	28.613	23.875	27.044	23.260

Fonte: IBAMA, 2005.

Por meio desse quadro, identifica-se que o período em que o Parque recebe o maior número de visitantes coincide com os meses de férias escolares e dos principais feriados nacionais, destacando-se os meses de janeiro, fevereiro, março, abril e julho. Este último, a partir do ano de 1992, é o que mais fica em

evidência, pois é no mês de julho, no período do inverno, que os turistas têm a possibilidade de realizar a atividade turística mais atrativa do parque— a caminhada até o topo do Pico da Bandeira, durante a madrugada, para lá de cima observar o sol nascer sobre as nuvens. O período do inverno é o mais propício para a realização de tal façanha, pois, no verão, a instabilidade climática, ou seja, a permanência de fortes precipitações, torna a caminhada impossível.

Além disso, observa-se que, ao longo dos anos, não ocorreu estabilidade no número de visitantes do parque; contudo, desde o ano de 1995, o número se manteve acima de uma média de 22 mil visitantes anuais, recebendo destaque os anos de 1996, 1999, 1995 e 2001, que receberam, respectivamente, 29.347, 28.613, 27.593 e 27.044 visitantes anuais. Segundo informações obtidas no IBAMA, os anos de 2003 e 2004 obtiveram um total anual de 23.368 e 22.866 visitantes, respectivamente.

A manutenção da infra-estrutura turística do parque, por intermédio da conservação e renovação de trilhas, abrigos, banheiros, entre outros, garante bem-estar e segurança aos seus visitantes e faz com que, ora esses voltem, trazendo amigos e demais parentes, ora recomendem o parque como um local propício a visitas e/ou realização de turismo ecológico.

Entretanto, a conservação do parque não perpassa apenas pelo zelo interno, como também pelo cuidado que os ocupantes de sua área de entorno devem ter com o mesmo evitando, principalmente, o uso de queimadas como técnica agrícola, a qual pode, dentre outros impactos negativos, atingir a vegetação do parque.

Nesse contexto, serão analisados os projetos de conservação ambiental realizados pelas diversas instituições que atuam na zona de amortecimento do parque, a fim de se obterem dados sobre a atuação e a preocupação das demais instituições com o desenvolvimento do território rural localizado no entorno do parque.

4- OS PROJETOS AMBIENTAIS REALIZADOS NO ENTORNO DO ParNa CAPARAÓ.

Neste capítulo serão apresentadas as principais instituições interventoras, localizadas nos municípios pesquisados, inseridas na zona de amortecimento do Parque Nacional do Caparaó. Em seguida serão demonstrados e caracterizados os projetos ambientais que já foram e/ou têm sido desenvolvidos no entorno do parque segundo uma análise descritiva dos mesmos. Serão consideradas, ainda, as proposições que eles realizam a respeito da conservação ambiental e do desenvolvimento do território rural.

4.1- As principais Instituições interventoras na zona de amortecimento do ParNa Caparaó

O Parque Nacional do Caparaó é gerenciado pelo IBAMA, o qual se caracteriza como sendo uma autarquia do Governo Federal responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente, que cuida da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2005).

Segundo BRITO

“(…)O IBAMA resultou da consolidação das instituições de meio ambiente anteriormente existentes como o IBDF⁸ (Ministério da Agricultura), a SEMA⁹ (Ministério do Interior) e das Superintendências – Sudepe e Sedhevea (ambas do Ministério da Agricultura), tendo herdado as funções, a infra-estrutura e os problemas dessas instituições” (BRITO, 2003:73).

De acordo com as informações do atual chefe do IBAMA no ParNa Caparaó, sua chegada ao parque ocorreu em 3 de julho de 1991. Todavia, foi apenas no final do ano de 1997 que houve a sua indicação para o cargo de chefia pelo gerente da época. Assim, a sua portaria de nomeação saiu no final do ano de 1997 e início do ano de 1998, quando assumiu a função.

Outra Instituição Governamental presente nos municípios pesquisados e importante para o melhor gerenciamento do entorno do parque, além de difusora de informações junto às populações rurais, é a EMATER.

O serviço de extensão rural realizado pela EMATER iniciou-se no Brasil em 1948, ocasião em que foi criada a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais). Em 1976 a EMATER foi instituída no lugar da ACAR no

⁸ O Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado em 1967 pelo decreto lei nº 289 como uma autarquia do Ministério da Agricultura. Cabia ao IBDF “orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país”(BRITO, 2003 : 58).

⁹ A Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior pelo decreto nº 73.030, foi criada para orientar a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais (BRITO, 2003)

Estado de Minas Gerais e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (EMATER, 1994a).

De acordo com a EMATER (1994b), sua estrutura organizacional é constituída de três níveis empresariais: nível 3– Unidades Básicas; nível 2– Superintendências e nível 1– Unidade Central. As unidades básicas localizadas nos municípios, também conhecidas como escritórios locais, visam a garantir a disponibilidade de capacidade instalada, como pessoas e equipamentos, e empreendedora, ou seja, tecnologia e metodologia, com a finalidade de assistir, principalmente, os pequenos produtores rurais.

Outra Instituição Governamental também atuante na zona de amortecimento, localizada no município de Manhumirim, é o IMA. O IMA é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado em 7 de janeiro de 1992. Dentre suas atividades, merecem destaque os programas de controle de doenças animais como: febre aftosa, raiva, tuberculose, anemia infecciosa eqüina, brucelose, peste suína clássica entre outras, bem como o trabalho de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. Na defesa sanitária vegetal, ressaltam os trabalhos de fiscalização do trânsito de vegetais e de monitoramento e controle das principais pragas que atacam a agricultura mineira, além da fiscalização do comércio, uso e destino final das embalagens de agrotóxicos (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, 2005).

No município de Espera Feliz, localiza-se a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o qual mantém sub-sede em outros municípios da região que não possuíam o sindicato, como em Alto Caparaó. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fundado em 25 de outubro de 1986. Conforme SILVA (2005), o sindicato de Espera Feliz é fruto de uma tomada de consciência que surgiu por intermédio do engajamento nos trabalhos da CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e das contribuições do Padre Sebastião Santana, do Frei José de Arruda e do Profeta João Resende. Para SILVA:

“A fundação do sindicato foi sem dúvida uma atitude audaciosa que desafiou as estruturas do poder local, e foi um divisor de águas onde podemos ver quem era quem naquela história. As lideranças que assumiram esta posição tiveram todo o tipo de retaliação e perseguição, sofrendo várias ameaças, que soubemos

enfrentar e transformar em conquistas para a nossa categoria, como sermos respeitados como cidadãos, aprendemos conhecer” (SILVA, 2005:1).

Com atuação nos mesmos municípios do STR, a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF), segundo entrevista realizada com o seu Presidente José Heleno, em 19/09/2005, surgiu no dia 05 de outubro de 1995 e, desde então, essa Associação tem realizado um trabalho voltado para a comercialização dos produtos agrícolas, mais especificamente de produtos voltados para os moldes da agroecologia e do café orgânico. Esse comércio é realizado em uma loja mantida pela associação no Município de Espera Feliz, onde os produtos orgânicos são comercializados para a comunidade local com a marca Chão Feliz, além de também haver o comércio de produtos homeopáticos em uma pequena farmácia encontrada na loja (Figura 7).



Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Figura 7- a)Loja de produtos orgânicos e de homeopatia no município de Espera Feliz da ASIMAF; b)Marca dos produtos orgânicos – Chão Feliz.

No município de Espera Feliz também se encontra a Organização Não-Governamental, Eco Feliz. Conforme informações obtidas com o seu atual Presidente, Vinicius Gomes Machado, através de entrevista realizada em 17/09/2005, a ONG é de caráter preservacionista e já atua na região há dez anos, sendo que, ele está na presidência há três meses.

“A sigla ONG corresponde a *organização não-governamental* — uma expressão que admite muitas interpretações. A definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal. Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Nossa legislação prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características – associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada. No Brasil, a expressão era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, 2005).

Outras duas Instituições, que atuaram na zona de amortecimento do parque, foram a Fundação Biodiversitas e a GTZ junto ao IBAMA por intermédio do Projeto Doces Matas. Conforme o Projeto, a Fundação Biodiversitas é uma ONG voltada para a conservação da biodiversidade brasileira e foi criada em 1989. Os seus projetos buscam conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico e social, promovendo a interação entre o meio ambiente e o ser humano.

A GTZ, Agência Alemã de Cooperação Técnica, segundo o Projeto Doces Matas, é uma empresa, sem fins lucrativos, que apóia projetos ambientais, sociais e educativos, nos países em desenvolvimento, geralmente por incumbência do Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), com base em convênios bilaterais realizados entre governos. A GTZ, no campo da cooperação técnica, é encarregada de apoiar o planejamento, a implementação e o monitoramento de projetos, colocando a disposição do país parceiro: assessoria, treinamento técnico-gerencial e equipamentos.

Em seguida, a partir da identificação das instituições e organizações, foi possível obter os projetos que vem sendo realizados no entorno do parque. Esses, serão apresentados e descritos, a seguir, segundo seus principais objetivos e a noção de desenvolvimento utilizada.

4.2- Os Projetos Ambientais e de Extensão Rural.

A EMATER de Manhumirim apresentou um projeto intitulado: “Projeto de Recuperação Ambiental da Comunidade do Bonfim”. Conforme informação obtida com o Engenheiro Agrônomo responsável, no município, o Projeto foi elaborado de acordo com propostas de instituições e de representantes dos moradores locais, em várias reuniões em que eram discutidos os problemas ambientais da comunidade. As reuniões tinham participação da Prefeitura Municipal de Manhumirim, da Associação Comunitária do Córrego do Bonfim (ASCOB), do IBAMA/ParNa Caparaó, da EMATER local e de um representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD). O Projeto, executado em 2002, previa a construção de fossas sépticas para aproximadamente 180 famílias rurais com o objetivo de melhorar a qualidade das águas.

No projeto estava proposto o desenvolvimento humano e social, o qual seria adquirido por intermédio de programas de educação ambiental a ser executado antes, durante e após a conclusão do mesmo. Como justificativa para a execução do projeto foram apresentadas a demanda da comunidade por fossas sépticas e a necessidade de uma atenção especial por parte das autoridades ambientais, justificada pelo fato de a comunidade situar-se próxima ao Parque do Caparaó, na sua zona de amortecimento.

O projeto tal qual a forma como apresentado e sua implementação, contemplou o que LORRENS (2001) denomina de desenvolvimento local, pois o espaço territorial, seus traços culturais e históricos foram valorizados. Compreendeu ações no meio ambiente natural, a conservação dos recursos hídricos e ações no meio ambiente social e econômico, de uma comunidade que se ajustou às transformações de forma ativa, por iniciativas próprias. Visou à participação e ao envolvimento da comunidade rural desde a preparação do projeto até sua execução. Propôs a difusão da informação e do manejo adequado dos recursos naturais por intermédio da educação ambiental, da diminuição do

índice de doenças provenientes de águas poluídas e de conseqüentes gastos financeiros.

Contudo, sabe-se que a Comunidade do Bonfim no Município de Manhumirim não é a única que está na zona de amortecimento do Parque do Caparaó, por isso perguntou-se ao Engenheiro da EMATER sobre as demais comunidades, tendo em vista que, foi dada maior ênfase ao trabalho executado na Comunidade do Bonfim, especificamente.

Após a indagação, o Engenheiro voltou a falar do Bonfim, admitiu que, às vezes, até fica nervoso, pois o trabalho de edificação da extensão rural é lento e demora a surtir efeito. E tomando por base o que ocorre nas demais comunidades afirmou:

“(...) a gente fica chateado na questão da falta de controle dos órgãos ambientais com o desmatamento, a própria retirada da cobertura de topo, da perda. Isso tudo atrapalha a gente. (...)Eu fico preocupado quando o café sobe de preço, o pessoal esquece o lado ambiental. (...) a gente vê a presença das multinacionais com força mesmo, vendendo alguns produtos e até mesmo ilusão. E aí vem aquele ditado: ‘contra fatos não há argumentos’. (...) Eles olham os efeitos imediatos, eles não vêem o efeito a longo prazo, a conseqüência. Então começam a utilizar desses produtos e não há um controle, não há uma conscientização” (Entrevista com o Eng. Agrônomo da EMATER de Manhumirim em 22/08/2005).

Já na EMATER de Alto Caparaó, foi encontrado um projeto similar ao de Manhumirim, com a seguinte denominação: Projeto de Recuperação Ambiental da Comunidade do Bananal. O projeto data de maio de 2005 e também prevê a construção de fossas sépticas como uma de suas metas. As outras metas são objetivos voltados a ações no meio físico: proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares e topo de moro, coleta seletiva do lixo, construção de viveiro e construção de caixa de retenção. Serão, aproximadamente, 82 beneficiários rurais. O projeto resulta de uma parceria da Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável São Paulo Apostolo (ACODESPA), instituição proponente, com a EMATER e o IBAMA.

Os objetivos e justificativas do projeto de Recuperação Ambiental da Comunidade do Bananal são similares ao do projeto da Comunidade do Bonfim. Conforme o Técnico em Agropecuária responsável pela EMATER em Alto Caparaó, Valdeci Gomes Soares, o projeto fica muito caro, o que impossibilitou

até hoje sua execução. Ainda conforme o técnico, é muito difícil trabalhar na execução de projetos em Alto Caparaó, pois ele é o único técnico para atender a todo o município. Reconhece a necessidade de maior atenção ao município, tendo em vista que, Alto Caparaó está direta e indiretamente inserido no parque do Caparaó.

Na EMATER de Espera Feliz, não foi possível coletar projetos e nem realizar entrevista com o atual Engenheiro Agrônomo, pois, este ressaltou estar a menos de um mês no município e que ainda não havia tomado conhecimento do que estava sendo feito antes de sua chegada. Além disso, também não foi possível obter informações sobre o trabalho desenvolvido pelo engenheiro anterior, nem na Prefeitura, nem no STR e nem através dos agricultores locais. Estes últimos informaram que o Engenheiro anterior fora transferido por causa de pressão política, pois realizava denúncias sobre o uso abusivo de agrotóxicos por parte dos grandes proprietários locais (Comunidade do Paraíso, 2005).

O município de Manhumirim, dentre os pesquisados, é o único que possui escritório seccional do IMA, o qual atende também aos Municípios de Alto Jequitibá, Alto Caparaó, Caparaó e Martins Soares. Nesse escritório, foi fornecido pelo Médico Veterinário Marcos Nunes de Azevedo o projeto: “Projeto Piloto de Controle de Agrotóxicos no Entorno de Unidade de Conservação – Projeto Caparaó”. Esse projeto possui o seguinte objetivo: desenvolver ações para sensibilizar a comunidade e promover mudança de comportamento no tocante à importância da segurança no uso dos agrotóxicos e a relação desse uso com a saúde dos trabalhadores rurais, dos consumidores e do meio ambiente.

Na execução do projeto está prevista a realização de parcerias com outras instituições como a EMATER, a SEE (Secretaria de Estado de Educação), a FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), entre outros. O projeto iniciou em agosto de 2005, com a realização de uma de suas etapas: o desenvolvimento de um questionário em todos os municípios mineiros do entorno do parque e previsão de término para agosto de 2008. Entretanto, no dia 22/08/2005, em entrevista com o representante do IMA, foi informado que o projeto estava parado.

Apenas foi possível realizar, com as verbas existentes em caixa, o questionário no município de Alto Caparaó, pois o alto custo do projeto, orçado, aproximadamente, em duzentos e sessenta mil reais torna-o inviável, por isso o IMA está buscando parcerias com outras Instituições para continuar a execução desse projeto.

Por intermédio do projeto e da entrevista realizada com o IMA observou-se uma preocupação por parte desse órgão que vai além do controle da vacinação e do uso do agrotóxico. De acordo com o Médico Veterinário do IMA em entrevista concedida no dia 22/08/2005:

“(...)uma das funções do projeto é justamente orientar esse pessoal a devolver as embalagens para que não fique jogado em qualquer lugar (...) 88,5% dos entrevistados utilizam algum tipo de agrotóxicos, então é muita gente, o índice é muito alto. O café é uma coisa que requer muito, mas aqui o pessoal tem o costume de usar sem necessidade, é igual...um dia desse, eu estava conversando com um produtor e ele falou: ‘ que o quê anda acontecendo aí, é a mesma coisa que a gente tomar remédio sem estar doente’. (...) Tem um programa que a gente vai utilizar, no setor de educação, que eu acho que é o principal... do projeto. Todas as escolas vão ser treinadas, os professores e para poder orientar os alunos. Vai ser distribuída uma cartilha para o professor e para o aluno, orientando com relação ao uso dos agrotóxicos, do manuseio do agrotóxico, da embalagem vazia, ta previsto no programa” (Entrevista com o Médico Veterinário do IMA de Manhumirim em 22/08/2005).

O projeto e as perspectivas de trabalho propostas pelo IMA de Manhumirim pretendem atender a perspectivas de um desenvolvimento rural sustentável. Pois desejam assegurar uma produção agrícola que se enquadra a alguns itens de sustentabilidade rural, apresentados por ALMEIDA (1997), os quais se caracterizam por: produção conduzida por práticas mais seguras, tanto para o produtor rural como para o meio ambiente; compra de agrotóxicos em lojas legalmente estabelecidas, com o receituário agrônômico e a adequada utilização das embalagens, o que assegura ao produtor menor gasto financeiro, maior cuidado com sua saúde e o respeito ao ambiente natural e, otimização da produção com o mínimo de insumo.

O IMA de Manhumirim é um exemplo similar ao da EMATER. Propôs um projeto que vai além de suas disposições institucionais e busca a parceria com as instituições que se localizam no seu entorno. A parceria ocorre na execução do projeto e na participação em palestras e dias de trabalho de campo promovidos pela EMATER, conforme informado pelo seu representante.

Na Secretaria de Meio Ambiente de Espera Feliz foram encontrados dois projetos. Um deles, com o título: Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) no Corredor Central da Mata Atlântica, o qual foi proposto a essa secretaria pelo Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO), uma ONG situada no Município de Carangola, MG.

O projeto, preservacionista, prevê como objetivo principal, subsidiar a indicação de um conjunto de áreas para criação de RPPN's na porção sul do Corredor Central da Mata Atlântica, além de definir estratégias para o aumento da conectividade entre os fragmentos, com base em informações sobre a fauna e a flora locais, especialmente, em áreas próximas ao ParNa Caparaó e a unidades de conservação de uso sustentável já implementadas na região.

De acordo com a atual Secretária Municipal de Meio Ambiente, Viviane da Silva de Oliveira, em entrevista concedida no dia 15/09/2005, "(...) a RPPN vai ser o ponto de partida para cada comunidade uma referência. A EMATER e a Secretaria de Cultura estão prestando uma assistência mais contínua para estes proprietários (...)".

Para a Secretária, a relação dos moradores do entorno do parque com o parque já está mudando. Ao fazer referências a esses e ao projeto ela diz:

"Muitos deles, a maioria deles, viam o parque como uma vitrine, uma coisa que não pode tocar, não pode chegar. (...) Mas eu acho que todo o trabalho, a educação ambiental, feito pela pastoral, pelo Doces Matas e da própria relação com o parque (a forma de ação deles está mudando) (...)Eles estão vendo que aquilo ali é uma coisa que tem que ser preservado (...), tem uma ligação com a sua propriedade também. (...) Eu acho que essa percepção tem mudado bastante e que tem melhorado e, tem muitas pessoas que ainda são resistentes a isso, mas tem muitas que tem um olhar diferente. Portanto, uma prova disso é a abertura para a criação da RPPN aqui" (Entrevista realizada com a Secretária de Meio Ambiente no dia 15/09/2005).

O outro projeto, intitulado, "Meu Meio Ambiente, Meu Meio de Vida", apresentado e executado pela Secretaria de Meio Ambiente, tem como público alvo os moradores das comunidades rurais e urbanas do município de Espera Feliz (9.267- população rural e 11.261- população urbana). O projeto prevê como objetivo geral sensibilizar a comunidade, promover ações sociais conjuntas com as instituições públicas e privadas a fim de proporcionar a sustentabilidade dos

ecossistemas bem como o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do município.

Para alcançar o objetivo, o projeto contará com o apoio, a participação e o financiamento de outras instituições na execução de atividades que visem à educação ambiental, à implementação de projetos específicos, como o das RPPN's, que visa à conservação da biodiversidade, entre outros.

O projeto baseia-se, em sua justificativa, nas proposições da AGENDA 21, a qual estabelece que é necessário incrementar tanto a conscientização pública em relação aos problemas ambientais e de desenvolvimento, quanto o envolvimento do público para as soluções dos problemas. Propõe, ainda, estimular o sentimento de responsabilidade ambiental pessoal, uma maior motivação e, conseqüentemente, um maior comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Um projeto já executado e de grande importância para as comunidades e instituições localizadas no entorno do parque é o Projeto Doces Matas. Após a entrada do atual Chefe do IBAMA no ParNa Caparaó, o parque aderiu ao projeto, o qual foi desenvolvido na região durante oito anos e seu término ocorreu no dia 17/10/2005.

O projeto, originalmente, intitulado “Conservação e Manejo dos Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais”, adotou o nome “Doces Matas” e resulta da cooperação técnica bilateral entre os Governos do Brasil e da Alemanha. Está associado ao Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) (PROJETO DOCES MATAS, 2001).

“Este projeto de cooperação técnica está sendo implementado com a finalidade de assegurar a preservação nas três UCs que dele participam e apoiar o desenvolvimento sustentável no entorno dessas áreas, todas elas localizadas na bacia do Rio Doce” (PROJETO DOCES MATAS, 2001:7).

O “Doces Matas” propõe a introdução de dois componentes no gerenciamento e manejo de UCs, a articulação interinstitucional e o fortalecimento da participação comunitária (PROJETO DOCES MATAS, 2001). Conforme assegurou o Chefe do IBAMA, no ParNa Caparaó, em entrevista realizada no dia

29/08/2005: o projeto promoveu a capacitação da equipe do parque, estruturou a informática através da instalação de programas como o *ArcView* (utilizado para a elaboração de mapas), facultou o desenvolvimento da comunidade. De acordo com o mesmo, o projeto demonstrou que:

“Nós estamos aqui pra tentar. Pra fazer com que a Comunidade veja o IBAMA, o parque, como um aliado e não como um órgão repressor, que tá aqui prá atravancar o desenvolvimento regional. Mas como quem traz benefícios econômicos, ambientais, para a saúde e para o desenvolvimento local. E se a gente conseguir que a comunidade veja isso! E muitos já estão percebendo pelo trabalho que nós fizemos nestes oito anos do “Doces Matas”. De vez em quando nós trabalhamos com outras instituições. Nós temos um plano mensal prá saber a quem atender, o que a gente tem que fazer. Eu acho que qualquer empresa tem que ter planejamento, tem que ter a missão, a visão de futuro ” (Entrevista realizada com o Chefe do IBAMA no ParNA Caparaó em 29/08/2005).

O projeto “Doces Matas” buscou, entre outros objetivos, a participação integrada dos diversos atores envolvidos com as UCs; a adoção pela comunidade do entorno de práticas ambientais sustentáveis; a implantação nas UCs de planos de gestão e a cooperação intrainstitucional e interinstitucional (PROJETO DOCES MATAS, 2001). Com esses objetivos, como afirmou a própria Secretária de Meio Ambiente de Espera Feliz, o parque deixou de ser uma vitrine e, hoje, busca parcerias com as instituições e comunidades do entorno.

O Chefe do IBAMA no Parque destacou que as capacitações oferecidas pelo projeto, permitiram ao parque, como transcrito na citação anterior, um planejamento de suas atividades dentro de um processo de gestão. Esse planejamento de gestão, por sua vez, indica a missão e a visão de futuro do parque e está disponível a todos os seus visitantes. O Chefe do IBAMA também afirmou que o projeto contribuiu no processo de formação de três grupos de trabalho que visam ao apoio e ao assessoramento da gestão do parque, são eles: o Conselho Consultivo, o GRAIPACE e o GTPAS.

O Conselho Consultivo é formado por representantes de outras instituições que atuam no entorno do parque. Esse conselho possui a responsabilidade de assessorar o parque na tomada de decisões, no estabelecimento de metas prioritárias e de levar às suas comunidades todas as informações das reuniões.

O GRAIPACE é o Grupo de Ações Integradas ao Parque e ao seu Entorno formado por 15 membros de instituições ambientais e demais segmentos do

entorno do parque. De acordo com o Chefe do IBAMA no ParNa Caparaó em entrevista realizada no dia 29/08/2005, esse grupo foi criado com a finalidade de promover reflexões e assessorar a administração do parque na realização de anuências relacionadas a qualquer interferência, licenciamento, vistoria, sobre qualquer atividade ambiental ou não, realizada no entorno do parque. Para isso, ele conta com uma equipe técnica que representa instituições do lado capixaba e do lado mineiro.

Nas oficinas realizadas pelo grupo, de acordo com os relatórios de junho e agosto de 2004, obtidos no parque, o grupo trata de temas como Educação Ambiental, da pouca integração entre as instituições, da necessidade de constante capacitação para atendimento dos interesses das comunidades e bem-estar social, da carência de infra-estrutura, da falta de uma legislação mais eficiente aos produtores rurais, dentre outros. Além disso, as oficinas de trabalho, com enfoque participativo, têm o objetivo de otimizar a atuação compartilhada das instituições ligadas ao meio ambiente, no entorno do Parque Nacional do Caparaó.

Dentre as atribuições do GRAIPACE, definidas na segunda oficina, realizada em agosto de 2004, pode-se destacar: Realização de seminário “Criação de RPPNs”; Criar centros de triagens; Criar CODEMAs; Criar brigadas de incêndios; Capacitar técnicos das instituições do Grupo de Trabalho; Projeto de Educação Ambiental; Projeto de Saneamento Ambiental; Projeto de Recomposição Florestal; Georeferenciamento das nascentes; Monitorar as reservas legais já averbadas; Política de proteção e fiscalização no entorno do Parque; Ter conhecimento de projetos que estão implantados e ou em andamento no Parque e entorno (10 km); Levar ao Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo sugestão para se criar o ICMS ecológico no estado; Motivar os novos prefeitos/vereadores a aplicar recursos do ICMS Ecológico nas atividades de criação de brigadas, entre outras. É, também, atribuição do GRAIPACE manter o SIG Caparaó; participar dos eventos regionais ligados à missão do grupo como, por exemplo, reuniões para criação do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica e Grupo de Trabalho, cuja função é elencar ações para o Conselho.

Entretanto, segundo entrevista realizada com o Chefe do IBAMA no ParNa Caparaó, em 29/08/2005, um ano após a segunda oficina, com o término do Projeto “Doces Matas”, foi observado por ele um resfriamento nas atividades do GRAIPACE, as quais, através de reuniões, seriam retomadas ainda nesse ano. Para ele, a proposta do grupo é ótima, a dificuldade é fazer com que confluam, na mesma direção, as idéias e propostas apresentadas pelas diferentes instituições/organizações que o compõem.

E, por fim, descreveu o GTPAS (Grupo Temático de Práticas Ambientais Sustentáveis), formado por dezoito membros do entorno escolhidos entre agricultores, membros de instituições como a EMATER, o IBAMA, o STR e membros de associações de moradores. Esse grupo tem por objetivo proporcionar uma visão de como é possível produzir em uma propriedade com a utilizando-se de técnicas alternativas, com menor impacto ambiental, menor uso de agrotóxicos, entre outros.

Segundo o Chefe do IBAMA no ParNa Caparaó, o “Doces Matas” possibilitou a formação de uma visão mais crítica de situações, alertando que existem outras formas de trabalhar com a comunidade. Para o Chefe do IBAMA, o parque “ficava de costas para a comunidade, protegendo essa ilha de 31.800 ha. (...)E hoje, as escolas, os sindicatos, os bancos, todos estão envolvidos com o parque”.

No ParNa Caparaó, o Projeto “Doces Matas” ocasionou modificações na estrutura interna do parque e no estreitamento das relações da sua administração com as demais instituições e organizações de sociedade civil localizadas em seu entorno.

Pelas proposições e objetivos desse projeto, mesmo não tendo encontrado claramente o termo, pode-se considerar que ele almejava o desenvolvimento de um território. Acrescente-se que, aliada a capacitação técnica, o projeto propunha o envolvimento de toda a comunidade do entorno do parque em discussões que buscavam alternativas de renda segundo modelos mais sustentáveis. Ou seja, almejava o território caracterizado por SANTOS (2004) como o território

constituído do chão e da população, o território da identidade, do sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, do território do trabalho e das trocas.

O trabalho realizado pelo projeto “Doce Matas”, por exemplo, contribuiu para transformar a atuação administrativa do parque, o qual conta hoje com uma gestão mais democrática, com o conselho consultivo instituído por iniciativas do projeto e com perspectivas de constituição de grupos de trabalho no território sobre temas ambientais com a participação de outras instituições. A alteração do comportamento do IBAMA promoveu a transformação no campo de atuação de outras instituições, as quais também passaram a ter os seus objetivos convergidos para proposições comuns às do parque e passaram a buscar parcerias umas com as outras.

Enquanto a administração do parque não era participativa, as demais instituições não se aproximavam e, como consequência, não participavam da gestão e não propunham ações. Agora, no entanto, a administração percebe que a conservação do parque perpassa por um conjunto de ações fundamentadas no campo de atuação de diversas instituições. Para tanto, ela busca a parceria, a qual gera realizações e tende influenciar a todos os que estão no entorno do parque e da administração.

O STR de Espera Feliz e a ASIMAF não apresentaram nenhum projeto relacionado à zona de amortecimento do ParNa Caparaó. No entanto, conforme entrevista realizada com representantes desses órgãos, eles afirmaram ser parceiros em um dos projetos da Secretaria de Meio Ambiente de Espera Feliz e também serem participes de encontros, reuniões e palestras sobre meio ambiente, agroecologia, dentre outros.

A Pastoral da Juventude Rural (PJR) de Espera Feliz atua junto ao STR e a ASIMAF em trabalhos de conscientização com os jovens rurais para que eles se valorizem mais, valorizem, também, seu trabalho e permaneçam na zona rural. A PJR também atuou como parceira nos projetos da Secretaria de Meio Ambiente e no “Doces Matas”, ao participar de reuniões e cursos sobre agroecologia e meio ambiente.

A ONG “Eco Feliz”, há dez anos no município de Espera Feliz, já chegou a realizar durante esse período a distribuição de 40 mil mudas/ano, segundo o seu atual Presidente, Vinícius Gomes Machado, em entrevista realizada no dia 17/09/2005. Ele ressaltou que havia sido realizado por essa ONG, um reflorestamento na Pousada Jenuária de aproximadamente 20 mil mudas. No entanto, não fora apresentado pela ONG nenhum projeto que contemplasse o entorno do parque. Assim, quando se perguntou a ele sobre a realização de projetos por parte da ONG para a zona de amortecimento do parque ele respondeu: “Eu só tô na cidade, só tem quatro anos, então eu estou um pouco afastado, a partir de estar entrosando de novo na cidade, a gente começa a conversar e de contar com o pessoal (...), o pessoal está muito afastado, muito pouca gente trabalhando dentro dos projetos e muito combate a incêndios no parque (...)”.

Conforme informações obtidas pelo atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Manhumirim, Sr. José Luis Correa Souto, nomeado pelo Juiz de Direito da Comarca de Manhumirim em maio de 2000, o Sindicato apenas

“Trabalha com o Banco do Brasil no que tange a liberação de recursos para o pequeno agricultor e também para a mulher agricultora. No mais é com relação ao INSS. A gente fica na retaguarda para ajudar o trabalhador, aquele de regime familiar, assalariados a ter acesso a previdência sem que se faça contribuições previdenciárias. Prepara a documentação para que ele possa ter o benefício” (Entrevista com o Presidente do STR de Manhumirim em 06/09/2005).

Ao se perguntar a ele sobre o Parque do Caparaó e sobre a realização de projetos por parte do sindicato ou a participação do mesmo em reuniões, palestras sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento rural, o presidente respondeu: “Isso é mais em Alto Jequitibá e em Martins Soares, pois a área de Manhumirim, ela é muito mínima em relação ao Parque. Sobre isso você deveria colher subsídios com outros sindicatos” (Entrevista com o Presidente do STR de Manhumirim em 06/09/2005).

Por fim, mesmo sendo o entorno do ParNa Caparaó ocupado por propriedades rurais, essencialmente agrícolas, não foram encontrados em

nenhuma das instituições pesquisadas projetos de extensão rural para essas propriedades.

Assim, após serem identificadas as instituições/organizações com seus respectivos projetos de atuação no entorno do parque, torna-se necessário identificar e caracterizar os moradores desse território. Para isso, os mesmos, apresentarão suas opiniões e perspectivas sobre essas instituições e o ParNa Caparaó no próximo capítulo.

5- A POPULAÇÃO DO ENTORNO: PERSPECTIVAS E OPINIÕES

Inicialmente será apresentado um perfil da população que reside no entorno do parque, suas relações com a terra e com o próprio parque. A população será caracterizada segundo o grau de escolaridade, a renda média, o tempo de moradia na propriedade, como esta foi adquirida e o tipo de trabalho empregado.

Será apresentada também a integração da população com as instituições que ali atuam e as formas como os moradores interagem com o meio ambiente através da ótica da conservação e da produção. As abordagens feitas pela população rural, por intermédio dos questionários, sobre a conservação do meio ambiente e a produção agrícola nesse espaço, possibilitará a obtenção de indicadores do trabalho das instituições e seus respectivos projetos no entorno do parque. Portanto, será apresentada a interseção parque - instituições – população rural. Nessa interseção será privilegiada a ótica da população rural.

5.1- Caracterização da população que reside no entorno do ParNa Caparaó

Foi aplicado questionário a sessenta famílias que residem no entorno do Parque Nacional do Caparaó, sendo dez questionários por Comunidade e duas Comunidades para cada Município pesquisado. No município de Manhumirim, foram pesquisadas as Comunidades do Córrego Bonfim e do Córrego Pirapetinga, em Alto Caparaó, as Comunidades do Córrego Bananal e do Córrego José Pedro. Já no município de Espera Feliz, as Comunidades do Córrego Paraíso e as do Córrego São Domingos.

No processo de aplicação do questionário procurou-se abranger o número equiparado de homens e mulheres, no entanto, tal fato não foi possível. Em muitas famílias da região ainda predomina o modelo patriarcal. As mulheres ainda têm medo de dar informações e, às vezes, realmente não possuem informações sobre os dados da propriedade como: a produção da família e, por vezes, nem têm conhecimento da extensão da propriedade. Ainda, diante de tal dificuldade foi possível dentro do universo dos sessenta pesquisados, aplicar o questionário a dezessete mulheres. Na Comunidade de São Domingos o número de mulheres pesquisadas foi o mais expressivo, seis em dez.

O setor primário é o eixo da economia das populações que se localizam no entorno do parque. Cem por cento das propriedades são essencialmente agrícolas, sua principal fonte de renda é a produção do café. O café é comercializado pela grande maioria dos produtores na região urbana mais próxima junto a atravessadores. Paralelo à produção do café, observou-se que muitos agricultores também plantam para a subsistência, o milho e o feijão, em 58% dos casos consorciados, ou seja, junto ao café.

No preparo da área para o plantio, cem por cento dos proprietários realizam a capina. É freqüente o uso de insumos, principalmente o calcário e o adubo, mas são poucos os agricultores que assumem utilizar agroquímicos mais fortes, como herbicidas e inseticidas. Entretanto, pelo relato de alguns proprietários pode-se observar o uso indiscriminado dos mesmos:

“Nós estamos lutando muito para combater o remédio. Eu estive em Ribeirão Preto, São Paulo, e vou te ser sincera, parece que eu respirei melhor lá do que aqui. Aqui eu respiro com medo, nós estamos vendo muita gente parar no hospital por causa do remédio. E o médico não pode dar o laudo se não ele fica jurado de morte. Igual o que ocorreu com os funcionários da EMATER que tinha aí, eles falam por aí que eles foram tirados de Espera Feliz porque eles eram contra o remédio, aí você já viu! A minha irmã já teve um início de câncer no ouvido, eu já fiquei uma semana internada por causa de remédio” (Comunidade do Paraíso, 2005).

Em outra comunidade uma proprietária informou, por meio de um desabafo:

“Eu sou muito contra o agrotóxico. Teve um ano que meu filho pegou uma palha de café do vizinho ali em baixo que tava cheio de *Basyston*. E aí, ele pisou na palha com um machucado no pé. De repente começou a aparecer uns machucados no rosto dele. Aquilo alastrou até os ossos. Eu tive que pegar dinheiro emprestado no banco pra fazer tratamento particular dele. Ele só não morreu por isso. Daí então, eu passei o maior aperto porque eu sou sozinha e não tenho ajuda de ninguém. Ali em Alto Caparaó a gente não tem ajuda de ninguém, não precisa contar com nada. Então, eu não uso mesmo e falo pra todo mundo não usar. É muito triste ver que você quase perdeu um filho por causa do agrotóxico” (Comunidade do Bananal, 2005).

Ambos os relatos revelam que mesmo estando situados no entorno de um Parque Nacional, o uso de perigosos insumos agrícolas é constante. Nota-se na Comunidade do Paraíso, que o uso de tais insumos é realizado por proprietários maiores. No caso da Comunidade do Bananal, observa-se uma perigosa desinformação e despreparo dos agricultores ao lidarem com as práticas agrícolas.

Na comunidade do Paraíso, a proprietária, a qual participa de duas Associações, a da “3ª Idade Amor a Vida” e do “Grupo de Mulheres do Paraíso”, nos informou que o tema tem sido muito discutido e que estão fazendo de tudo para ver se conscientizam os demais produtores da região, apesar de ainda existir a resistência de muitos. Já na Comunidade do Bananal, o tema parece não ser muito discutido em associação, pois de todos os proprietários, apenas um declarou fazer parte de uma associação, a ACODESPA (Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável São Paulo Apostolo).

Embora a economia da zona de amortecimento do parque gire em torno do setor primário, os agricultores conseguem alcançar um bom rendimento médio mensal. A Comunidade de São Domingos é a que apresentou melhor renda familiar, uma média de R\$ 231,00 por pessoa/mês, a segunda melhor foi da

Comunidade do José Pedro, R\$ 212,00 por pessoa/mês. A Comunidade do Bonfim apresentou a terceira melhor renda, R\$ 187,50 por pessoa/mês. Em quarto, ficou a Comunidade do Pirapetinga com R\$ 165,00 por pessoa/mês, em quinto a Comunidade do Paraíso com R\$ 129,00 por pessoa/mês e, por fim, a Comunidade do Bananal com R\$ 127,00 por pessoa/mês. A média geral das comunidades pesquisadas é de R\$ 175,00 por pessoa/mês, ou seja, melhor do que é ofertado em muitos empregos urbanos da região.

Essa renda média por pessoa ao mês ocorre em propriedades pequenas, cujo tamanho varia de 1 a 30ha, as quais correspondem a 51 propriedades ou 85% das estudadas. Os rendimentos das famílias, em algumas propriedades, além de serem alcançados por meio da venda do café também são complementados por aposentadoria (oito propriedades), pensão (uma propriedade) e discreto incremento da pecuária (três propriedades). As outras 9 propriedades ou 15% possuem áreas maiores que 50ha, dessas 9 propriedades, 7 não informaram seus rendimentos de um total de 13 não informantes.

Dentre as propriedades maiores que 50ha, duas delas, encontradas na Comunidade de São Domingos com áreas de 92 e 287ha, obtêm seus rendimentos, não declarados, respectivamente, do café e de um Pesque-Pague e, a outra, do café, da pecuária, da aposentadoria e de uma pequena estrutura turística simples, a qual disponibiliza, chalés e bar, para atendimento de turistas que normalmente passam o dia na cachoeira da propriedade, em finais de semana (Figura 8).



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

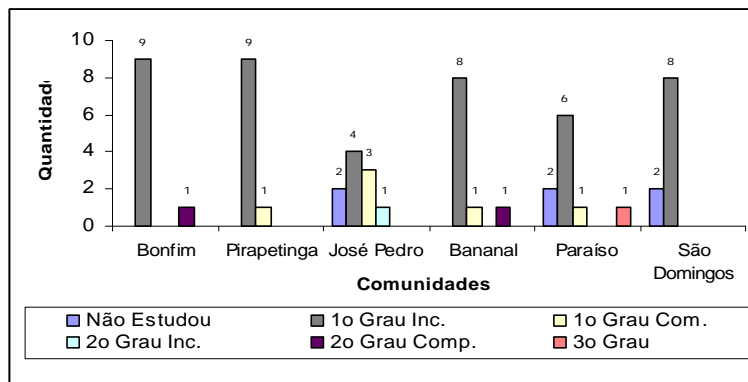
Figura 8- Estrutura para recebimento de turistas.

Tal característica corrobora que

“Os últimos anos vêm mostrando, de maneira às vezes surpreendente, fontes de desenvolvimento associadas não só a manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, mas uma imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda” (ABRAMOVAY, 2003:16).

Das sessenta propriedades estudadas, apenas três podem ser chamadas de pluriativas, as duas propriedades já citadas e, outra, localizada na Comunidade José Pedro, com 50 ha, onde o proprietário planta café e mantém um trabalho urbano. Essas propriedades são as únicas que podem ser chamadas de pluriativas¹⁰.

Em todas as comunidades predominam pessoas com o 1º grau incompleto, do total de pessoas pesquisadas, quarenta e quatro moradores ou o equivalente a 67% dos estudados. Desses, a grande parte apenas sabe assinar o nome. Encontrou-se apenas uma proprietária, na Comunidade do Paraíso, com o 3º grau. Os demais ficaram distribuídos entre os que não estudaram (seis), os que tinham 1º grau completo (seis), o 2º grau completo (dois) e incompleto (um) (Figura 9).



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Figura 9- Grau de Escolaridade por Comunidade pesquisada.

¹⁰ “A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra - se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura” (FULLER e BRUN *apud* SCHNEIDER, 2003:77).

Foram encontradas duas propriedades, uma na Comunidade do Paraíso, com 105 ha e outra na Comunidade do Pirapetinga com 24 ha, organizadas segundo um modelo patronal¹¹. As demais, mesmo as maiores, onde também são encontrados meeiros, prevalece a agricultura familiar¹². Constatou-se que, na época da colheita do café, mesmo nas propriedades de agricultura familiar, ocorre a contratação de meeiros.

Outro aspecto que se tentou manter na aplicação do questionário foi a procura de proprietários rurais mais antigos na região, os quais poderiam fornecer maiores informações sobre o processo de criação do parque e a relação das comunidades do entorno com o mesmo ao longo dos anos.

Dos sessenta proprietários questionados apenas doze deles moram há mais de trinta e um anos na propriedade. O maior número de proprietários, vinte e oito do total, está na propriedade a menos de dez anos, quinze estão de onze a vinte anos e cinco de vinte e um a trinta anos. Vinte e quatro propriedades foram

¹¹ Para VEIGA (1996) o modelo patronal é aquele onde há completa separação entre gestão e trabalho, a organização da propriedade é centralizada e com ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis, há o predomínio do trabalho assalariado, as tecnologias são voltadas principalmente à redução das necessidades de mão – de – obra, e, existe pesada dependência de insumos.

¹² Segundo ABRAMOVAY (1997), os primeiros estudos empíricos sobre os agricultores familiares brasileiros surgiram ao final dos anos 70 por intermédio de pesquisadores como John Wilkinson, os quais demonstravam que os agricultores familiares não eram simplesmente pequenos produtores, mas também praticavam a inovação tecnológica, não produziam apenas para o mercado interno e muito menos só para a subsistência, sendo também tomadores de crédito junto ao sistema bancário. Para LAMARCHE, “A *exploração familiar*, tal como a concebemos, *corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração” (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifos do autor). Por outro lado, GASSON e ERRINGTON apud SCHENEIDER (2003), propõe na atualidade, um modelo que leva em consideração a existência de propriedades agrícolas que possuem simultaneamente características empresariais e familiares. Assim, o modelo propõe como características: “1- a propriedade do empreendimento encontra-se combinada com o controle gerencial da mesma; 2-esses gerentes encontram-se vinculados por relações de parentesco; 3-os membros da família costumam prover capital para o empreendimento; 4-os membros da família trabalham na propriedade; 5-a propriedade do empreendimento e seu controle gerencial são transferidos de geração para geração, ao longo do tempo; 6-a família vive na unidade produtiva” (GASSON & ERRINGTON apud SCHENEIDER, 2003).

adquiridas por meio de herança, dezoito foram compradas e, quinze, estão inseridas no sistema de parceria (Quadro 3).

Quadro 3- Aquisição, área e tempo de residência na propriedade.

Como adquiriu a propriedade	Tempo que reside na propriedade Área (ha)								TOTAL
	Até 10 anos		11 a 20 anos		21 a 30 anos		Mais de 31 anos		
	Até 30	>50	Até 30	>50	Até 30	>50	Até 30	>50	
Compra	09	01	04	01	-	-	01	02	18
Herança	05	-	06	-	04	01	07	01	24
Parceria	12	-	03	-	-	-	-	-	15
Arrendada + Herança	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Compra+ Her.+ Outro	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Outro	-	-	01	-	-	-	-	-	01
TOTAL	27	01	14	01	04	01	08	04	60

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Das vinte e quatro propriedades adquiridas por meio de herança, vinte e uma são menores que 30 ha. Das propriedades que foram compradas, quatorze das dezoito possuem área menor que 30 ha (Quadro 3). Tal fato nos demonstra o quanto essas propriedades já foram parceladas ao longo dos anos, sendo divididas entre seus herdeiros de geração para geração. Desses, alguns permaneceram na terra, outros venderam suas propriedades.

É possível encontrar proprietários que declararam residir na propriedade há menos de 10/20 anos, mesmo tendo nascido nela e possuir idade superior a 30/40 anos e a ter recebido por herança. Isso se justifica por considerarem o tempo de residência na propriedade, após, efetivamente, passarem a sobreviver pelo trabalho empregado por eles na propriedade e, em outros casos, quando receberam a escritura do terreno

O sistema de parceria abrange propriedades menores que 30ha. Os parceiros encontrados estão nessas propriedades há menos de vinte anos. De quinze parceiros questionados, cinco deles localizam-se na Comunidade José Pedro e quatro na Comunidade do Paraíso. Comunidades onde se observou o maior número de meeiros concentrados em poucas propriedades. Os demais, estão bem distribuídos entre as comunidades. Na Comunidade do Bonfim foi encontrado apenas um meeiro.

No próximo item do capítulo, serão apresentadas as relações dos moradores rurais do entorno do ParNa Caparaó com as principais instituições que atuam na região. Serão demonstradas, também, as principais concepções desses moradores a respeito do ambiente natural, assim como suas considerações sobre a produção agrícola e a conservação ambiental.

5.2- As relações institucionais e com o meio ambiente.

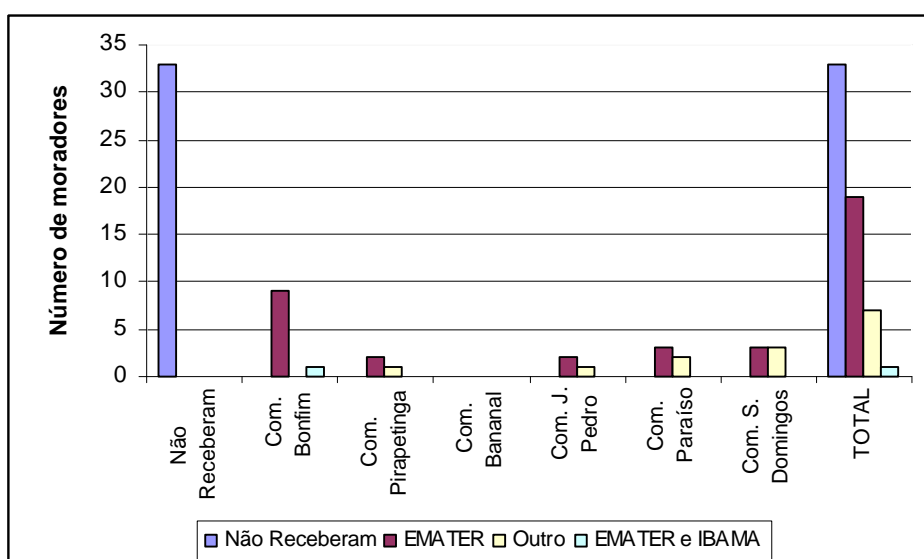
SANTOS (2004) afirma que com as transformações vigentes, do mundo globalizado, o agricultor permanece sob a égide de normas de um mercado, ou seja, continua tendo que atender a determinadas regras para estar inserido no mercado. A globalização no campo territorial gera duas forças: a exógena, que são as forças supranacionais, as quais agravam as disparidades territoriais e a endógena que gera um fortalecimento das alianças regionais.

As alianças regionais citadas por SANTOS (2004), estão representadas no entorno do ParNa Caparaó pelas associações. De todas as comunidades pesquisadas, a que possui maior número de moradores rurais pertencentes a alguma associação é a Comunidade do Bonfim, onde apenas um morador, meeiro, não participa da ASCOB (Associação Comunitária do Córrego do Bonfim). Na Comunidade de São Domingos, cinco moradores participam da Associação dos Produtores Rurais de São Domingos e uma moradora participa do Grupo de

Mulheres. Na Comunidade do Paraíso, cinco participam das seguintes associações: Associação dos Produtores Rurais do Paraíso, o Grupo de mulheres e Associação da 3ª Idade Amor à Vida. Desses cinco moradores, três são mulheres, das quais duas participam simultaneamente de duas associações.

Na Comunidade do Pirapetinga apenas dois participam da Associação Comunitária do Pirapetinga. Na Comunidade do Bananal, um participa da APROSAMA (Associação pró Saúde e Meio Ambiente) e na Comunidade do José Pedro, os moradores não participam de nenhuma associação. É interessante observar que as comunidades do Bananal e do José Pedro são as mais próximas do Parque e são as duas com menor número de moradores rurais inseridos em alguma associação.

Quanto à Assistência Técnica não é diferente. Das sessenta propriedades visitadas, apenas vinte e sete recebem alguma assistência técnica, as demais, trinta e três não recebem nenhum tipo de assistência (Figura 10).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Figura 10- Assistência Técnica recebida pelos moradores do entorno do parque.

Na comunidade do Bonfim, todos os seus moradores informaram receber assistência, dentre eles, nove da EMATER e um declarou receber assistência da EMATER e do IBAMA. Já na comunidade vizinha, a do Pirapetinga, somente dois moradores recebem assistência da EMATER. Em ambas as comunidades, os moradores declararam que as visitas ocorrem mensalmente na propriedade ou quando necessitam vão até o escritório local (Figura 10).

Com relação à diferença no número de assistidos, de uma comunidade a outra, no mesmo município, foi possível encontrar a resposta com um dos moradores, pois quando se perguntou a ele sobre a Assistência Técnica, respondeu: “A EMATER daqui só atende lá no Bonfim. Ela só atende onde tem associação” (Comunidade do Pirapetinga, 2005). O Engenheiro Agrônomo responsável pela EMATER de Manhumirim, por sua vez, disse em parte de sua entrevista:

“Quando eu vim pra cá em 1990, nós dividimos os três setores, porque eram três técnicos e aí o Bonfim ficou pra eu trabalhar, lá. Era um setor problemático para trabalhar, segundo o colega da época, não tinham um retorno, mas aí a gente começou a trabalhar e, eu nasci ali perto, isso facilitou bastante o trabalho e a gente começou a trabalhar em 1990, com uma comunidade só. Nessa época, surgiu também e começou a organizar também lá, uma associação comunitária. Então coincidiu o início do meu trabalho na comunidade com o início dessa organização comunitária e, daí o trabalho foi deslançando na comunidade” (Entrevista com o Eng. Agrônomo da EMATER de Manhumirim em 22/08/2005).

Nota-se que foram coincidentes alguns aspectos: inicialmente a EMATER contava com maior número de técnicos, por isso, o atual Engenheiro iniciou seu trabalho no Bonfim, onde a comunidade já buscava se organizar, o funcionário também já possuía vínculos familiares próximos ao local. Hoje, como a EMATER apenas conta com um engenheiro, o qual já possui todo um histórico de atuação em uma comunidade específica, fica difícil, de acordo com o mesmo, atender a todos.

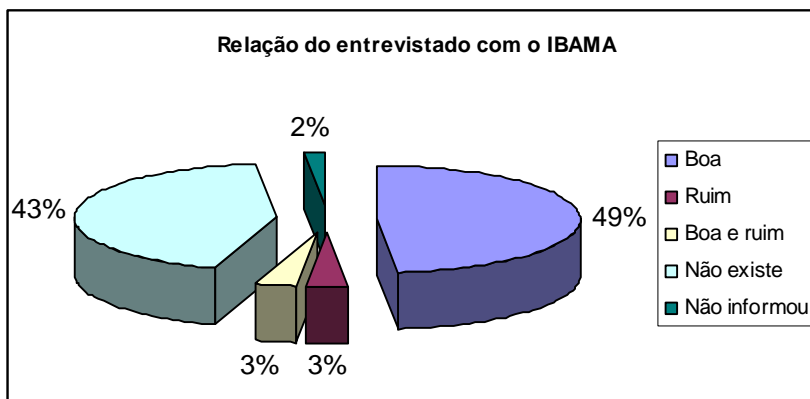
Nas comunidades do Paraíso e São Domingos, três moradores declararam receber assistência da EMATER, por outro lado, na Comunidade José Pedro apenas dois. Em outras sete propriedades distribuídas pelas comunidades São Domingos (três), Paraíso (duas), José Pedro (uma) e Pirapetinga (uma), os informantes declararam receber assistência técnica de outros, os quais são, em

duas situações, agrônomos particulares e demais representantes de marcas e/ou lojas que comercializam os agroquímicos (Figura 10).

Perguntou-se também aos moradores do entorno como era sua relação com o IBAMA. Do total de pesquisados, 49% revelaram ter uma boa relação, 43% declararam não existir nenhuma relação com o referido órgão e, os demais ficaram entre as opções: ruim, boa e ruim e, não informaram (Figura 11).

Dos moradores da Comunidade do Bonfim, oito informaram possuir boas relações com o IBAMA. Disseram que esta ocorria via comunidade (associação) e se caracterizava pelo fato de que os profissionais desse órgão estavam sempre por perto, visitando a propriedade, oferecendo orientações e incentivando as pessoas a terem “consciência ambiental”, além de terem sido responsáveis pelo projeto de recolhimento do lixo. Os demais afirmaram não existir relação com o IBAMA, um justificou que a relação maior era com a EMATER e, o outro disse:

“Antes era bom. Eles davam assistência com o recolhimento do lixo. O IBAMA é um órgão engraçado! Eu tenho uma árvore que caiu lá em cima e que tem um valor. Para eu serrar algo que já está apodrecendo, lá em cima, tenho que pagar uma licença de cento e oitenta reais e, eles nem vêm aqui. Assim, é tanta burocracia que é muito difícil colocar na prática aquilo que eles falam. E quem sai prejudicado é a gente” (Comunidade do Bonfim, 2005).



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Figura 11- Relação dos moradores rurais com o IBAMA.

Dos 10 pesquisados, na Comunidade do Pirapetinga, três disseram ter boa relação com o IBAMA porque nunca tiveram problema com esse órgão. Os outros sete afirmaram que não existe relação. Dentre esses sete, três informaram que não há relação com o IBAMA porque: “Trabalho de acordo com as normas”; “Não dependo, pois há muito tempo já está tudo desmatado” e “Não preciso deles, pois já tá tudo cortado. Só se for para plantar muda” (Comunidade do Pirapetinga, 2005).

Na Comunidade José Pedro, a justificava de três moradores para a boa relação com o IBAMA advém do fato de não serem prejudicados por tal órgão e por conhecer pessoas lá dentro. Dos demais moradores, um não informou e os outros seis disseram não possuir relação, tendo um se justificado: “Não fazem nada para nós. Nós nem encontramos com eles” (Comunidade José Pedro, 2005).

Cinco moradores da Comunidade do Bananal disseram ter boas relações com o IBAMA. Para eles, a relação é boa porque são bem atendidos, recebem muitas orientações sobre as queimadas e as águas, no entanto, dois, contraditoriamente, disseram: “nunca foi preciso ter um relacionamento mais de perto e não tenho contato com eles”. Para os outros cinco essa relação não existe, pois segundo eles, o IBAMA não estabeleceu uma boa relação com os produtores rurais, pois o pedaço de terra é tão pequeno que não tem como mexer com nada e, de acordo com uma moradora, “Já existiu, mais... Tinha um engenheiro que me orientava muito. Agora tem outro que não passa mais” (Comunidade do Bananal).

As justificativas encontradas na Comunidade do Paraíso para a boa relação com o IBAMA (cinco moradores) e para a não existência da mesma (quatro moradores) foram similares às anteriores. Dentre esses moradores, um afirmou ser a relação boa e ruim ao mesmo tempo.

Dois moradores da Comunidade São Domingos informaram que a relação com o IBAMA é ruim devido à falta de assistência e “Porque algum melhoramento que a gente podia fazer eles proíbe. Então, nós temos uma pastagem que tem um mato, aí um fogo resolvia e eles proíbem. Sendo que nós já temos a reserva” (Comunidade São Domingos, 2005). Outro a caracterizou como sendo boa e ruim: “Quando eles precisam de agir, eles não agem. Tem gente usando remédio,

acabando com a saúde das pessoas, com a qualidade da água” (Comunidades São Domingos). Para os demais, com justificativas comuns às das outras comunidades, a relação é boa para seis e não existe para um.

Outros dados obtidos nas propriedades pesquisadas são aqueles relacionados às questões ambientais. Ao se tratar desses dados, observa-se o quanto a falta de orientação das instituições e organizações de sociedade civil ocasiona atitudes indevidas dos agricultores, os quais por falta de informação acreditam estar agindo de forma correta.

Um exemplo de tal fato diz respeito à forma como os agricultores cuidam das nascentes encontradas em suas propriedades. Dos sessenta informantes, quarenta e dois possuem nascentes em suas propriedades. Dos dezoito que não possuem nascentes em suas propriedades, oito propriedades estão distribuídas igualmente nas comunidades do Bananal e do José Pedro, as quais possuem suas nascentes dentro do parque, passando pelas propriedades apenas os córregos.

Quando se perguntou aos informantes que possuem nascentes em suas propriedades sobre a forma como cuidam delas, cerca de setenta por cento disse que mantém a reserva no seu entorno, não mexe e deixa que a natureza cuida, os outros trinta por cento, disseram que cultivam bananeira em volta, além do café, do inhame e de outras culturas, deixando o pasto e construindo caixa de retenção no entorno das nascentes. Esses 30%, um número considerável dentro do universo e da importância da área de pesquisa, por falta de orientação, acreditam estar contribuindo para a conservação da nascente ao plantar culturas em seu entorno que retém muita umidade como a bananeira, que recebem grandes quantidades de agroquímicos como o café, além de cercar toda a nascente com enormes caixas.

Outro dado importante diz respeito ao tamanho da área de reserva dentro da propriedade. Dezoito dos sessenta proprietários informaram não possuir áreas de reserva, desses, sete estão localizados na Comunidade do Bananal, a qual tem o número mais expressivo e um na Comunidade do Pirapetinga, em uma propriedade de 72ha. Os outros dez estão quase que igualmente distribuídos nas

demais comunidades. Do universo de dezoito pesquisados, muitos informaram que a área de cultivo já é tão pequena que não têm condições de preservar, pois se forem preservar não terão onde plantar e, conseqüentemente, como sobreviver.

Treze proprietários não souberam informar o tamanho da sua área de reserva, desses, três possuem propriedades maiores que 50ha. Quinze propriedades possuem áreas de reserva de até 1ha. Doze propriedades possuem áreas que variam de 1,1 a 10ha, dessas uma propriedade de 287ha possui uma RPPN com 6ha. E, por fim, três propriedades possuem áreas de reserva maior que 10ha.

Mesmo diante de dificuldades, principalmente, as de ordem espacial (propriedades muito pequenas) e aquelas que se relacionam com o recebimento de instruções, quarenta e quatro moradores rurais declararam adotar práticas agrícolas que visem à conservação ambiental. No entanto, quando questionados se conheciam experiências de proprietários vizinhos que conciliavam produção à preservação, apenas trinta afirmaram que sim (Quadro 4). Considerando que as comunidades são, em sua maioria, pequenas, esses dois dados deveriam estar mais equiparados, pois seria como se um morador informasse sobre o vizinho mais próximo.

Quadro 4- Opinião dos moradores do entorno com relação à preservação ambiental e à produção rural.

Questões sobre Meio Ambiente e Produção.	Número de informantes			
	SIM	NÃO	Não Informou	TOTAL
Adota prática agrícola que visa a conservação ambiental	44	14	02	60
Conhece experiência de proprietário vizinho que associe produção à preservação.	30	29	01	60
Acredita ser possível produzir e preservar os recursos naturais.	53	07	-	60
Já participou de eventos sobre preservação ambiental.	32	27	01	60
Já recebeu incentivos para adotar práticas de preservação ambiental	31	29	-	60
Vê alguma alternativa para aumentar a renda e preservar o meio ambiente	29	31	-	60

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Quando se perguntou no que consistiriam as práticas de preservação ambiental conciliada à produção rural, a maior parte respondeu que era plantar e ao mesmo tempo conservar as matas, a fauna e as águas. Outros disseram não usar o agrotóxico, realizar análises de solo para saber a quantidade exata de calcário usar, recolher o lixo, não deixar a água do lavador do café escorrer para o rio, realizar o plantio em curva de nível, recolher as embalagens de agrotóxicos, realizarem uma capina parecida com o roçado, deixando a matéria orgânica como nutriente, utilizar a urina do gado no lugar do agrotóxico, manter o chiqueiro longe do córrego, utilizar fossas sépticas e evitar as queimadas, conforme declaração de um agricultor:

“Evito as queimadas. Aconselho as pessoas que não deve de queimar. Que nem nós aqui na comunidade, todo dia quatro de dezembro, dia de Santa Bárbara, nós vamos lá pro alto da pedra e, depois da missa fazemos uma reunião e estabelecemos que ninguém pode queimar. Então tem treze anos que ninguém queima aqui. Se for queimar, caso precise, só por multirão. Então depois da missa nós conversamos e falamos da importância de preservar o meio ambiente. Na última reunião nós era cento e vinte” (Comunidade do Bonfim, 2005).

Tal conscientização pode estar relacionada, dentre outros, ao fato de trinta e dois moradores rurais afirmarem já ter participado de algum evento sobre preservação ambiental (Quadro 4). Segundo esses moradores, esses eventos foram realizados, principalmente, pelo IBAMA, pela EMATER, pela Polícia Florestal, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz, pelas escolas, pela Igreja, pelas associações e pelo Doces Matas.

As mesmas instituições, conforme informação dos moradores (trinta e um), são responsáveis pelo incentivo à adoção de práticas de preservação ambiental (Quadro 4). Todavia, parte dos moradores reclamou do fato de esse incentivo ser apenas verbal. Um número menor de moradores, vinte e nove, acredita ser possível aumentar a renda e preservar o meio ambiente (Quadro 4). Para esses, o aumento da renda e a preservação do meio ambiente ocorrem quando o agricultor “capricha mais tecnicamente, sempre reformando as áreas que a gente trabalha, tentando evitar a capina, por que nós estamos mais é roçando” (Comunidade do Bonfim, 2005). Outros disseram realizar análises de solos para saber qual o melhor produto usar, plantar de forma consorciada, ampliar a

plantação preservando as matas de topo e as nascentes, reutilizar a matéria orgânica e aproveitar a propriedade para o turismo.

Quanto ao uso dos agroquímicos, um morador afirmou: “Se eu preciso produzir, preciso de usar agrotóxico. É impossível produzir em nossa região sem usar adubo. Assim, se a EMATER manda jogar 150 gr, não vou fazer como o meu pai que usava 300gr quando só precisava de 150 gr” (Comunidade do Bonfim, 2005). E, pensando no mercado, outro disse: “Se tivesse jeito de fazer um valor diferenciado para quem preserva. Um incentivo seria agregar valor para quem está preservando o meio ambiente. Assim, teria condição de competir com quem tá usando muito agrotóxico” (Comunidade do Bonfim, 2005).

Dentre os que não acreditam ser possível aumentar a renda e preservar o meio ambiente, foram ouvidas as seguintes justificativas: “É complicado... a lavoura que produz muito é à base do veneno” (Comunidade do Paraíso, 2005). “Olha... minha lavoura é muito fraca. Então é só na base do adubo e do calcário que consigo produzir” (Comunidade do Bonfim, 2005). No caso de meeiros, ficam ainda mais relevantes as opiniões: “A gente que é meeiro não tem muita opção. Tem que fazer do jeito que o patrão manda” (Comunidade do Paraíso, 2005). “Se eu for deixar criar mato no meio da lavoura o proprietário me expulsa da terra”(Comunidade do Pirapetinga, 2005).

Por fim, a maioria dos proprietários (cinquenta e três) acredita ser possível produzir e preservar os recursos naturais. Para uma moradora é possível, “pela união que nós estamos tentando fazer com a associação. Estamos organizando abaixo-assinados contra os agrotóxicos” (Comunidade do Paraíso, 2005). Os demais afirmaram ser possível mediante ajuda de instituições, o maior recebimento de assistência técnica, o maior cuidado com o solo evitando abrir novos campos de trabalho e como disse um morador “(...)não depende só da gente, é de todo mundo”(Comunidade do Paraíso, 2005). Outro afirmou: “Acredito. Mas acredito também que deva haver incentivo. Pois competir com quem usa muito agrotóxico é muito difícil. O camarada usa muito e se eu não usar produzo pouco. Aí onde fica o valor agregado?” (Comunidade do Bonfim, 2005).

Dentre os que não acreditam, um afirmou: “É bem complicado. Às vezes a pessoa quer ajuda nessa parte. Às vezes tem vontade, mas tem que fazer plantio. Eu tenho um córrego passando ali. Se em 0,5 alqueires de terra eu for deixar mato. Eu vou viver de quê?” (Comunidade do Bananal, 2005).

Dessa forma, após a explanação dos moradores rurais a respeito das instituições que atuam no entorno do parque e as opiniões a respeito do meio ambiente e da produção agrícola, no próximo sub-item deste capítulo, serão apresentadas as principais considerações dos pesquisados a respeito do Parque Nacional do Caparaó. Também serão demonstradas as opiniões e a participação dos moradores rurais em projetos ambientais realizados no entorno do parque.

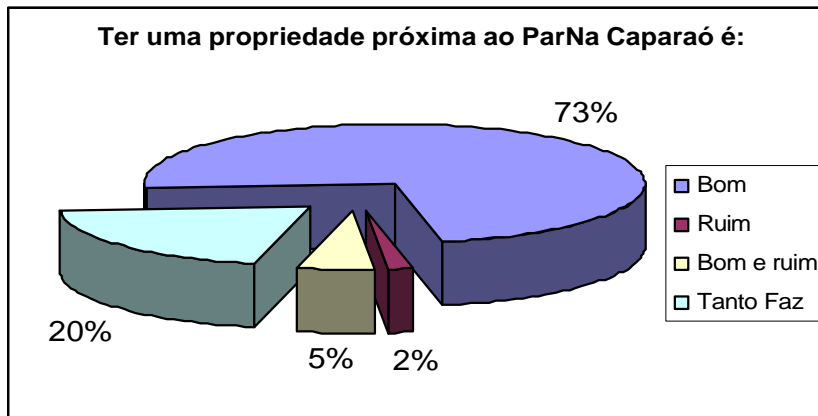
5.3- Participação e considerações dos agricultores a respeito do Parque e dos Projetos Ambientais realizados no seu entorno.

Como forma de se obter informações junto aos moradores rurais do entorno do ParNa Caparaó sobre a opinião desses a respeito do parque, perguntou-se a eles o que achavam do fato de terem uma propriedade próxima ao parque ou morarem em uma (caso dos meeiros).

Setenta e três por cento dos moradores questionados afirmaram ser bom possuir uma propriedade ou morar em uma propriedade próxima ao ParNa (Figura 12). Contudo, muitos deles não souberam apresentar justificativas concretas para a opinião. Basearam-se, portanto, em afirmativas que diziam respeito ao quanto era bom morar próximo a um local tão bonito, visitado por muitos turistas, um local em que se preserva a natureza, possui um clima bom, fresco e águas limpas.

Em outros casos, os moradores informaram ser bom, por causa da atividade turística que incrementa o comércio local, valoriza as propriedades, possibilita associar o rendimento agrícola com práticas turísticas e ainda há a fiscalização realizada pelo IBAMA nas propriedades, além da conscientização

ambiental existente no entorno do parque, conforme afirma um morador: “Nóis temos que tá recebendo orientações, (...) pois, eu nos meus 75 anos já cometi muitos erros e que hoje com as orientações não cometo mais. Então pra nós é uma beleza, porque a gente fica informado” (Comunidade do Bananal, 2005).



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Figura 12: Opinião dos informantes sobre a proximidade da propriedade com o ParNa Caparaó.

Acrescente-se que, dos vinte por cento que afirmaram que tanto faz morar próximo ao parque, usualmente, não justificaram o porquê da opinião. Um afirmou: “eu não vou em nada deles” (Comunidade do Paraíso, 2005); outro disse: “Porque ter uma propriedade próxima ao ParNa nunca nos trouxe nenhum benefício” (Comunidade do Bananal, 2005).

Junto aos que consideram ser bom e ruim (5% dos moradores) obteve-se a seguinte justificativa: “Em uma parte é bom. Outra ruim. Porque deixar mata é bom pro parque mas, ruim para o produtor” (Comunidade do Bananal, 2005). E, por fim, para o único proprietário que optou pelo ruim: “Eles acham que são donos de tudo. Eles não desapropriam e não permite construir nada em terreno aberto” (Comunidade do Paraíso, 2005).

Para o desenvolvimento de um território rural é necessária a mobilização social de moradores, ou seja, dos atores rurais. Esses, por sua vez, necessitam do apoio de outras instituições– sejam elas de assistência técnica, ambientalistas, associativistas– na elaboração e execução de projetos.

A mobilização social ocorreu, dentre as comunidades estudadas, especificamente, no Bonfim. Pois, com relação ao envolvimento em projetos, observou-se que toda a Comunidade do Bonfim aderiu ao Projeto de Recuperação Ambiental proposto, conforme afirma um morador: “(...)Nossa comunidade (...) entrou no parque por causa da preservação. Porque aqui nós todos temos a fossa séptica, justamente para preservar, para não contaminar a água” (Comunidade do Bonfim, 2005). A participação no projeto permitiu a essa comunidade um maior envolvimento e conhecimento das questões que dizem respeito à conciliação da produção agrícola e a conservação ambiental, vendo nessa prática não apenas um meio de conservar o ambiente natural, mas também uma alternativa para a melhoria das condições de vida.

Por meio do projeto, a comunidade conseguiu fortalecer os vínculos com duas instituições, a EMATER, empresa a qual, segundo os entrevistados, presta assistência técnica mensal aos moradores da comunidade e o IBAMA, o qual junto da EMATER, do Projeto “Doces Matas” e demais instituições, está sempre presente em palestras e reuniões sobre preservação ambiental e práticas agrícolas mais sustentáveis.

Na Comunidade do Bananal, a EMATER de Alto Caparaó e a ACODESPA estão tentando implantar um projeto similar ao da Comunidade do Bonfim. Nesta comunidade, um morador rural opinou sobre o projeto:

“Eu disse em uma das reuniões da Associação: o que adianta despoluir a água de fezes com a construção de fossas sépticas, se o povo continua jogando agrotóxico em e qualquer canto. Eu acho muito melhor tomar água suja de esgoto do que de agrotóxico. E aí eles falaram: ‘Mas isso é mais complicado’. Daí eu pensei: É claro que é mais complicado! Pois a venda do agrotóxico gera imposto. Gera dinheiro. E o esgoto não. Enquanto isso a saúde da gente!” (Comunidade do Bananal, 2005).

Na fala do morador fica explícito que a maior preocupação local diz respeito ao uso abusivo dos agrotóxicos. Assim, em sua concepção, de forma imediatista, as pessoas/instituições deveriam estar mais preocupadas em elaborar projetos

que priorizassem a redução do uso dos mesmos e depois pensar em construção de fossas sépticas.

Nas demais comunidades, os moradores não revelaram participar de nenhum projeto. Por vezes, quando se perguntou a eles se participavam de eventos sobre preservação ambiental, alguns respondiam que sim e que esses eram organizados pelo “Doces Matas”. Tal fato corrobora a atuação do mesmo na região, tendo em vista que o projeto visava à capacitação e à educação ambiental dos moradores rurais do entorno do parque.

É certo também que, os demais projetos encontrados como o do IMA e da Secretaria de Meio Ambiente de Espera Feliz ainda estão em fase inicial e, talvez, por isso, não tenham sido citados. Na Comunidade do Bananal, em algumas propriedades, moradores indagaram sobre a origem desta pesquisa, até mesmo perguntando se o questionário era para o IMA novamente. Pois, tal órgão já havia passado na comunidade e realizado a primeira etapa do projeto, a qual consiste no desenvolvimento de questionários com as comunidades do entorno do parque.

Em geral, pode-se perceber que, a maior parte dos moradores rurais entrevistados, possui uma postura mais crítica em relação ao seu papel como produtor rural e o papel das instituições que estão atuando em seu entorno. Existem, todavia, aqueles que ainda estão ou, se fazem estar, totalmente alheios aos acontecimentos do seu entorno, preferindo o não envolvimento.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante um longo período da história econômica e agrícola do Brasil a propriedade latifundiária era a grande detentora dos incentivos governamentais, os quais emergiam de políticas que priorizavam a produção para a exportação.

Paralelo a essa produção, existia os pequenos produtores, os quais sobreviviam às margens das políticas de incentivo à produção e das inovações tecnológicas. Era comum o julgamento de que esses produtores apenas realizavam uma pequena produção, voltada para a subsistência e, certamente, com a evolução do capitalismo estariam fadados ao desaparecimento.

“No fundo, em parte considerável de nossa comunidade acadêmica vigorava (e, em grande parte ainda vigora) a idéia de que o corolário social do desenvolvimento capitalista na agricultura são unidades produtivas de grande extensão territorial e apoiadas fundamentalmente no trabalho assalariado” (ABRAMOVAY, 1997, p.18).

Todavia, a pequena propriedade com emprego de mão-de-obra familiar, ainda é muito comum em todo o território brasileiro e, como já observado e descrito, na área de estudo. Além disso, acrescenta-se que pensar e planejar o

desenvolvimento do entorno e do parque inclui a inserção de seu território e, conseqüentemente, dos moradores rurais. Assim, para que o desenvolvimento territorial do parque ocorra é necessário o envolvimento e a atuação conjunta de instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e, principalmente, dos moradores da zona de amortecimento.

No entanto, o que se percebe na prática, tomando por base a conceituação de SOUZA (2001), que considera o território como um campo de forças, que define um limite, uma diferença, entre os “de dentro” e os “de fora”, nesse estudo, pode-se admitir que existe o território do parque e o do entorno. Para os moradores rurais, os membros da comunidade, estão inseridos no território do entorno, o qual deve ser utilizado para a produção e sobrevivência, o que gera entre eles e os outros, as instituições, integrantes do território do parque, uma diferença. A relação contrária também ocorre: para as instituições e, mais precisamente para o IBAMA, o território do parque lhes pertence e, o entorno é ocupado pelos estranhos, ou seja, o grupo que não possui propostas e objetivos de uso e ocupação conservacionistas.

Além disso, retornando aos conceitos de território e territorialidade tratados no capítulo cinco, pode-se inferir que: 1- O ParNa Caparaó existe como território, mas ainda nas perspectivas naturalista e relacional; 2- Falta ao parque se constituir em um território sob as perspectivas idealista e integradora para alcançar o desenvolvimento territorial.

Com relação ao primeiro ponto, é possível afirmarmos que o parque existe como um território (espaço físico, natural) delimitado por fronteiras e, com relações de poder estabelecidas. A presença das relações de poder é identificada, principalmente, pela fala de alguns moradores, os quais vêem o IBAMA como uma instituição fiscalizadora e repressora. E, como uma instituição que se ocupa exclusivamente em controlar e estabelecer normas de ocupação, tanto para o parque, como para sua propriedade.

Ao se tratar do segundo ponto, nota-se, por intermédio da pesquisa, que para a maior parte dos moradores não existe a socialização com o parque. A cultura predominante na zona de amortecimento refere-se aos costumes do

território rural, essencialmente agrícola. Os moradores não se sentem parte integrante do território do parque. A identidade que eles possuem é a identidade da terra, da sobrevivência por meio da produção agrícola. Para esse grupo, existe o pertencimento a um espaço rural e agrícola e a exclusão do espaço do parque.

A ausência da identidade com o parque, a falta de apreensão de sua realidade por parte dos moradores caracteriza a falta de territorialidade. Essa ausência pode ser observada desde o processo de criação do parque. Pois, como nota-se no capítulo três, a idéia e os ideais de criação do ParNa Caparaó surgiram de grupos, como o de excursionistas, e não de toda a comunidade.

Além disso, ainda com relação ao segundo ponto, se não existe a identificação dos moradores com o parque, dificilmente poderá haver a compreensão e apreensão do território, em uma perspectiva integradora, visto que essa perspectiva inclui uma noção de território a partir da integração dos aspectos naturais aos políticos, econômicos ou culturais.

Da ausência do território, que inclua os aspectos relacionados, decorre: 1- a ausência do desenvolvimento territorial; 2- a ausência de um campo de atuação estruturado. Um fato que corrobora para a primeira afirmativa relaciona-se a análise dos projetos ambientais e de extensão rural descritos no capítulo quatro. Tomando-se como exemplo, o projeto ambiental executado pela EMATER de Manhumirim na Comunidade do Bonfim, observa-se que: O projeto obteve a participação de algumas instituições, constituiu-se, a partir das considerações e das perspectivas dos moradores locais e foi executado apenas em uma comunidade, o que contribui para a caracterização do desenvolvimento local.

Tal projeto, aliado à entrevista realizada com o Agrônomo da EMATER em Espera Feliz, reafirma a inexistência do desenvolvimento territorial e demonstra a falta de projetos institucionais para um território. Os agrônomos da EMATER agem individualmente, as ações não ocorrem de acordo com projetos institucionais.

Todos os projetos ambientais encontrados, das diversas instituições e organizações, têm em comum a concorrência para o mesmo objetivo: a conservação ambiental. Com relação a esse objetivo, SANTOS (2000) chama atenção para um movimento comum atualmente, em que as ONGs e, mesmo os

jovens à frente dessas organizações, preocupam-se única e simplesmente com a mãe natureza. Para ele, a atuação dos jovens está restrita a um endeusamento da natureza. Relaciona esse tipo de atuação das ONGs e dos jovens brasileiros a uma influência política, tendo em vista que, várias dessas organizações são criadas e financiadas por meio de interesses políticos.

Ainda em SANTOS (2000), encontra-se o uso do termo “ecohisteria”, o qual é utilizado para fazer referência ao movimento ecologista atual que tem suas propagandas e projetos financiados por aqueles que lucram com a globalização. Compara o trato das questões ambientais do Brasil com a forma como são tratadas na Europa, onde “certos partidos verdes europeus não são verdes como os nossos, porque eles estão tratando da sociedade, o ambiente é a sociedade. É diferente desse verdismo naturalista brasileiro” (SANTOS, 2000:20).

Dentre os projetos encontrados, o que mais se afasta da tendência ressaltada por SANTOS e que mais se aproxima da articulação e dos reclames de desenvolvimento territorial é o “Doces Matas”. Esse projeto envolvia em reuniões, oficinas e palestras sobre educação e conservação ambiental, práticas agroecológicas, dentre outras, representantes de instituições, organizações e de moradores rurais de todo o entorno do parque, tanto o lado mineiro quanto o lado capixaba.

O “Doce Matas” foi responsável pela aproximação do parque, ou seja do IBAMA, com os demais representantes de instituições, organizações e moradores do entorno, o que resultou, dentre outras ações, na constituição do GRAIPACE. Grupo que, pelos representantes que o constitui e pelos objetivos propostos, terá a possibilidade de estruturar o território do ParNa Caparaó. Uma vez que, para a constituição do território do parque, torna-se necessário que a população se reconheça como protagonista, como responsável pelo desenvolvimento, pois o parque não pode ser apenas um reclame de grupos isolados.

A segunda afirmativa: ausência do campo de atuação, justifica-se pela ausência do território, porque, sem esse, não há estruturação de ações institucionais em âmbito territorial, como foi visto, no caso da EMATER. E, apenas o somatório de ações locais, não constitui o desenvolvimento territorial. Além do

mais, não foi encontrado nenhum projeto com ênfase na extensão rural, o que impossibilita a verificação do campo de atuação institucional e organizacional.

Assim, da ausência do território construído sobre a base física, política, econômica e cultural, decorre a ausência de projetos ambientais e de extensão que visem ao desenvolvimento territorial, conseqüentemente, os moradores do entorno do parque ficam à mercê das atuações individualizadas. Essas atuações constituem, em algumas situações, um entrave à adesão dos moradores, situados na área de amortecimento do ParNa Caparaó, a projetos.

Por outro lado, admite-se que, não é mantido, principalmente pelas instituições públicas, um número suficiente de profissionais aptos a trabalhar com a difusão de práticas agrícolas sustentáveis e com a capacitação ambiental. A diversidade regional brasileira é um dos pressupostos que asseguram a necessidade da compreensão da agricultura familiar e do estabelecimento de práticas extensionistas em âmbito territorial. O entorno do Parque Nacional do Caparaó constitui-se de um espaço distinto, onde é necessário que o trabalho de instituições e organizações atenda não apenas ao desenvolvimento rural, ou seja, à geração de renda e ao desenvolvimento sócio-cultural, mas também é necessário que o trabalho dessas instituições e organizações valorize as particularidades territoriais, utilize-as como um mecanismo gerador do desenvolvimento e, conseqüentemente alie geração de renda à conservação ambiental. Pois, segundo ABRAMOVAY,

“À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve facilmente remover -, vão ganhando forças as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2003:29)

Paralelo ao fortalecimento das bases territoriais, dentre eles, o estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar, a extensão rural do entorno do parque pode se destinar a “ações e atividades que promovam novos estilos de desenvolvimento e de agricultura, que respeitem não só a condição específica de cada agroecossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural” (CAPORAL & COSTABEBER *apud* ETGES, 2001:43).

A participação social dos proprietários envolvidos no modelo de extensão, baseado em uma produção fundamentada no uso prudente dos recursos naturais, é essencial. A construção do desenvolvimento rural com base nos atributos territoriais do entorno dos parques nacionais deveria conciliar ações de assistência técnica a processos participativos, a fim de fortalecer a geração de renda da agricultura familiar e promover a conservação do parque.

Tal participação seria complementada pelo que SACHS (2002) denomina de sustentabilidade política, a qual estabelece o caminho que reconcilie conservação da biodiversidade com o de desenvolvimento. Além de ser necessário que “se encare o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como terreno de onde vão sair produtos agropecuários” (ABRAMOVAY, 2003:13).

Portanto, propriedades com outro potencial econômico, como o turístico, devem ser estimuladas e receber incentivo técnico e financeiro. A estes moradores rurais do entorno de parques nacionais faltam políticas de incentivo, as quais os motivem por causas econômicas, sociais e ambientais, e, ainda os levem a adotar novos modelos de produção e atividades que não fiquem restritas à agropecuária. A extensão rural atual não pode permanecer nas mãos de extensionistas rurais que estejam mais preocupados em desenvolver o planejamento de atividades agropecuárias que promover o desenvolvimento de um determinado território (ABRAMOVAY, 2003).

A busca do desenvolvimento territorial (social, econômico, natural, político e cultural) do parque inclui estratégias de conscientização, de união, de participação, de educação ambiental, de assistência técnica, de comércio justo, dentre outros. Para que haja esse desenvolvimento, há de se considerar os protagonistas como o conjunto de todos os que residem e atuam no entorno do parque. Em resumo, os interesses existentes no entorno dos parques nacionais perpassam por análises e atuações convergentes por um território comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. “De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar”. In **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA** – Anais, Petrolina, 1997, p. 17 – 27.

_____.Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n 1, 2 e 3 e v. 29, n 1- jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____.**O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, set./dez., 2004.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA / UFRRJ, 2003.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. et all. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. [02 set. 2005]. (<http://www.abong.com.br>).

BRASIL. Decreto n.9.106, de 19 de dez, 2000. Decreto de desapropriação das terras, imóveis rurais e benfeitorias do Parque Nacional do Caparaó, nos Estados de Minas e Espírito Santo. Diário Oficial, Brasília, 20 dez.2000. p.61.

_____. Decreto n.50.646, de 24 de maio, 1961. Cria o Parque Nacional do Caparaó e dá outras providências. [15 fev. 2005]. (<http://www.parquedocaparao.com.br>).

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. [15 fev. 2005]. (<http://www.planalto.gov.br>).

_____. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura- IIPCA. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável- Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD, 2003. (Textos para Discussão, 4)

_____. Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial– SDT. Brasília: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, 2004. (Documento em Revisão)

BRASÍLIA. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1981. (Doc. Téc. n 8).

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados.** 2.ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virgínia E. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CASAROTTO FILHO, N. et all. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** 2.ed.São Paulo: Atlas, 2001.

EGLER, C. A. G. Notas sobre sustentabilidade, desenvolvimento e regulação econômica. **Território/ LAGET, UFRJ.** ano II, n.3 (Jul./Dez. 1997). Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

ELHERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER – MG. **Programa de desenvolvimento empresarial da EMATER – MG: definições institucionais**. Belo Horizonte: 1994a. 28p. (Documento 1).

_____. **Programa de desenvolvimento empresarial da EMATER – MG: estrutura organizacional e malha de responsabilidades**. Belo Horizonte: 1994 b. 28p. (Documento 2).

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petropolis: Editora Vozes, 1992, p. 59 - 83.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FERNANDES, S. **A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas**. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974.

GEHLEN, I. RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 20 – 26, jan – jun, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: Um novo paradigma ou um novo modelo social? In: ALMEIDA, J. et all. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. [02 set.2005]. (<http://www.ibama.gov.br>).

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA – IMA. [02 set. 2005]. (<http://www.ima.gov.br>)

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, set./dez., 2004.

MARTINS, R.C. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 43, n.02, abril/junho, 2005.

MCMICHAEL, P. "Colonialism". **Development and Social Change**. 2.ed. Thousand Oaks, Califórnia: Pine Forge Press, 2000.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. Plano de trabalho para a revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó – PNC. Brasília, agosto, 2005.

NAVARRO, Z. "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro". **Estudos Avançados**. vol.16, n.43 (dezembro). São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, 2001.

PROJETO DOCES MATAS. O trabalho com comunidades rurais no entorno de unidades de conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, p. 59 - 83.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88 – 125, jan – jun, 2004.

SILVA, J. C. da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, M. R. (org.) **Território e prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 2002.

SILVA, A. A. da et all. Nossa História. **Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó / MG**. Espera Feliz, ano 1, n. 1, abril – maio – junho, 2005.

SOUZA, M. J. L. de. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Território/ LAGET, UFRJ**. v.1, n.1 (Jul./Dez. 1996) Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1996.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et all (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 78, 2002, p. 77 – 87.

VEIGA, J. E. da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA)**. v.13, n.3, 1996, p.383 – 404.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES (IBAMA, EMATER, IMA, ASSOCIAÇÕES, ONGs, entre outras)

Objetivo: Conhecer a instituição e sua história de atuação no entorno do Parque Nacional do Caparaó. Qual a relação que ela estabelece com os moradores do entorno do parque e de que forma trabalham para conciliar geração de renda nas propriedades rurais e conservar o meio ambiente.

- 1- Há quanto tempo a instituição atua na região e quais são suas disposições?
- 2- De que forma se estabelece a relação / intervenção desta instituição nas propriedades localizadas no entorno do ParNa Caparaó?
- 3- Qual(is) projeto(s) sobre Meio Ambiente e/ou Extensão Rural esta instituição já realizou ou realiza no entorno do ParNa Caparaó?
- 4- Como essa instituição vê a adesão e/ou não adesão dos moradores do entorno aos projetos?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

**PROJETO DE PESQUISA
ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-
GOVERNAMENTAIS EM PROJETOS AMBIENTAIS NO ENTORNO DO
PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ, MINAS GERAIS**

Nº do questionário _____.

Nome do entrevistado

(a) _____.

Estado civil: ()Casado(a) ()Solteiro(a) ()Viúvo(a) ()Outro

Tamanho da propriedade: _____.

Estudou até: _____.

Idade: _____.

Quantas pessoas moram na propriedade? _____.

1- Há quanto tempo mora na propriedade?_____.

2- Como a adquiriu?

() Compra () Herança () Arrendada () Parceria () Outro.

3- Participa de alguma Associação?

() Sim () Não

3.1- Se sim, qual? _____.

4- Qual sua fonte de renda?

() Agricultura () Pecuária () Trabalho urbano () Aposentadoria () Outro

5- Renda mensal (R\$)_____.

6- O que planta?

Cultura	Área plantada	Quanto produz (unid.)	Quanto vende	A quanto

7- Quantos ha planta por ano?_____.

8- Onde costuma vender?_____.

9- Quais atividades executadas no preparo da área?

() Aração () Capina () Derruba () Queimada () Outros

10- Como são realizados os plantios?

() Separados () Consorciados () Agrofloresta

11- Usa adubos químicos?

()Sim ()Não

11.1- Usa herbicida?

()Sim ()Não

11.2- Usa inseticida?

()Sim ()Não

12- Qual criação possui?

Espécie	Área utilizada	Produção (unid.)	Quanto vende	A quanto

13- Onde costuma vender? _____.

14- Recebe algum tipo de Assistência Técnica?

()Sim ()Não

14.1- De qual Instituição? _____.

14.2- Quantas vezes por mês / ano? _____.

15- Sua propriedade possui área de reserva?

()Sim ()Não

15.1- Se sim, quantos ha? _____.

15.2- Quais os tipos de planta existem na reserva? _____

_____.

15.3- Quais animais silvestres você já viu? _____

_____.

16- Existe alguma nascente em sua propriedade?

()Sim ()Não

16.1- Se sim, como cuida dela? _____.

17- Você adota alguma prática agrícola que visa à preservação do meio ambiente?

Sim Não

17.1- Se sim, quais? _____

17.2- Você conhece alguma experiência de proprietário vizinho que associa produção à preservação ambiental?

Sim Não.

17.3- Você acredita que seja possível produzir e preservar os recursos naturais?

Sim Não.

17.4-Como? _____

18- Já participou de algum evento sobre preservação ambiental?

Sim Não.

18.1- Quem realizou? _____

18.2- Já recebeu algum incentivo para adotar práticas de preservação ambiental?

Sim Não.

18.3- Se sim, de quem? _____

18.4- Você vê alguma alternativa para aumentar a renda e preservar o meio ambiente?

Sim Não.

18.5-Quais? _____

19- Ter uma propriedade próxima ao Parque Nacional é:

Bom Ruim Tanto faz

19.1-Por quê? _____

19.2- Como é sua relação com o IBAMA?

Boa Ruim Não existe.

19.3 Por quê? _____.